

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS**  
**E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE**  
**COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ –**  
**INTECOOP UNIFEI: UM ESTUDO DE CASO**

**FABIANO CLARETE GUIMARÃES**

**Itajubá, junho de 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS**  
**E SOCIEDADE**

**FABIANO CLARETE GUIMARÃES**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE**  
**COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ –**  
**INTECOOP UNIFEI: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade** – PPG – DTECS, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: **Desenvolvimento e Tecnologias.**

Orientador: **Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin.**

**Junho de 2015**  
**Itajubá - MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS**  
**E SOCIEDADE**

**FABIANO CLARETE GUIMARÃES**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE**  
**COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ –**  
**INTECOOP UNIFEI: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação aprovada em banca examinadora em 26 de junho de 2015, conferindo ao autor o título de **Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Luiz Eugênio V. Pasin (orientador)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Célia Ottoboni

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

## RESUMO

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs estimulam o processo de mudança social, influenciam posições e condutas dos atores sociais, geram soluções para as demandas sociais locais, assim como participam da mobilização e envolvimento das universidades públicas com as empresas, entidades não governamentais, governos e sociedade locais, permitindo que essa integração possibilite a construção da extensão social universitária. As ITCPs têm promovido o desenvolvimento social por meio da construção, fortalecimento e troca de conhecimentos entre universidade e comunidade, possibilitando iniciativas econômicas autogestionárias. A INTECOOP UNIFEI, assim como cada ITCP, apresenta características distintas, singulares, em razão dos parceiros envolvidos no processo de incubação, da metodologia de incubação adotada, da capacitação e experiência da equipe de trabalho da incubadora, da infra-estrutura e recursos disponíveis, bem como de seus arranjos institucionais. Nesse contexto, buscou-se neste trabalho por meio da realização de um estudo de caso, identificar e analisar a metodologia de incubação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá - INTECOOP UNIFEI, seu relacionamento institucional com a Universidade, parceiros e os desafios enfrentados pela INTECOOP UNIFEI em seu processo de desenvolvimento e em sua atuação junto aos seus grupos incubados. Conclui-se que o relacionamento institucional e metodologia da INTECOOP UNIFEI estão em fase de construção e consolidação, que fatores como recursos físicos, materiais, humanos, financeiros, governança, parcerias, qualificação profissional da equipe de trabalho de incubação, assim como rotatividade de pessoal, são restritivos, em maior ou menor grau à atividade de incubação, bem como que a INTECOOP UNIFEI tem propiciado a transformação social, emancipação e geração de trabalho e renda aos integrantes de seus grupos incubados.

**Palavras-chave:** Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs; Economia Solidária; Extensão Universitária; Tecnologia Social.

## ABSTRACT

The Technological Incubators of Popular Cooperatives - ITCPs stimulate the process of social change, influence positions and behaviors of social actors, generate solutions to local social demands, as well as participate in the mobilization and involvement of public universities with businesses, non-governmental organizations, governments and local society, allowing this integration enables the construction of university social extension. The ITCPs have promoted social development by building, strengthening and exchange of knowledge between universities and community, allowing self-managed economic initiatives. The INTECOOP UNIFEI as well as each ITCP, has distinct, unique characteristics, due to the partners involved in the incubation process, the incubation methodology, the training and experience of the incubator working staff, infrastructure and available resources, and of its institutional arrangements. In this context, we sought in this study by conducting a case study, identify and analyze the Technological Incubator incubation methodology of Popular Cooperatives of the Federal University of Itajubá - INTECOOP UNIFEI, its institutional relationship with the University, partners and challenges faced by INTECOOP UNIFEI in their development process and their engagement with its incubated groups. We conclude that the institutional relationship and methodology INTECOOP UNIFEI are under construction and consolidation, that factors such as physical, material, human, financial, governance, partnerships, professional training of incubation working team, as well as staff turnover They are restrictive to a greater or lesser extent incubation activity, as well as the INTECOOP UNIFEI has provided social transformation, empowerment and generation of jobs and income to the members of their groups incubated.

**Keywords:** Technological Incubators of Popular Cooperatives - ITCPs ; Solidarity Economy; University Extension; Social technology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT - Associação Artes da Terra

ACIMAR - Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis

APICCI - Associação dos Profissionais Itajubenses da Construção Civil

APRIR - Associação de Produtores Rurais de Itajubá e Região

APTES - Associação para a Promoção da Tecnologia Social

BB - Banco do Brasil

CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEASA – Centro de Abastecimento

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida

COPPE - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia

CVT - Centro Vocacional Tecnológico – CVT

DAP – Declaração de Aptidão de Produtor

EESs - Empreendimentos Solidários

EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ES - Economia solidária

FAPEMIG - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPEPE - Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão

FASE - Órgãos de Assistência Social e Educacional

FBB - Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEPI - Centro Universitário de Itajubá

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUPAI - Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria

IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IEI - Instituto Eletrotécnico de Itajubá

IEMI - Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá

INTECOOP- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCPs - Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

ITS - Instituto de Tecnologia social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

MINC - Ministério da Cultura

MJ - Ministério da Justiça

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MPA - Ministério da Pesca e Agricultura

MS - Ministério da Saúde

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTUR - Ministério do Turismo

ONGs - Organizações Não Governamentais

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

PMI - Prefeitura Municipal de Itajubá

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRCEU - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

PROEX- Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

RTS – Rede de Tecnologia Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTES - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

TAs – Tecnologias Apropriadas

TS - Tecnologia Social

TSs – Tecnologias Sociais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

UNITRABALHO - A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs.....	10
1.2. A Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.....	13
<b>2. OBJETIVO GERAL DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>17</b>
4.1. A Economia Solidária .....	17
4.2. A Extensão Universitária .....	20
4.2.1. PRONIC, um Viés da Extensão Universitária .....	28
4.3. A Tecnologia Social .....	31
4.3.1. A Relação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares com a Tecnologia Social .....	39
<b>5. MATERIAL E MÉTODO DA PESQUISA .....</b>	<b>42</b>
5.1. Pesquisa Qualitativa.....	42
5.1.1 Método de Coleta de Dados .....	43
5.2. Universo de Estudo .....	44
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>45</b>
6.1. As Origens e Propósitos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá - INTECOOP UNIFEI.....	45
6.2. Os Atuais Grupos Incubados na INTECOOP UNIFEI.....	47
6.2.1. A Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região – APRIR ....	47
6.2.2. A Associação Artes da Terra – AAT .....	49
6.2.3. A Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR .....	51
6.3. A Atuação da INTECOOP UNIFEI junto aos seus Grupos Incubados	59
6.4. O Relacionamento Institucional da INTECOOP UNIFEI com a Universidade e seus Parceiros.....	63
6.5. A Metodologia de Incubação da INTECOOP UNIFEI .....	70
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>9. ANEXO 1 – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA.....</b>	<b>86</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs têm promovido o desenvolvimento social por meio da construção, fortalecimento e troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade, possibilitando iniciativas econômicas autogestionárias, que resultam na geração de trabalho e renda (SINGER, 2005).

Cada ITCP apresenta características distintas, singulares, em razão dos parceiros envolvidos no processo de incubação, da metodologia de incubação adotada, da capacitação e experiência da equipe de trabalho da incubadora, da infra-estrutura e recursos disponíveis, bem como de seus arranjos institucionais.

Os distintos perfis das ITCPs e grupos incubados têm permitido o desenvolvimento de produtos e serviços diversificados no ramo da indústria, extração mineral, agricultura familiar, pesca, entre eles, a produção pesqueira, têxtil, de fitoterápicos, agropecuária, artesanato, serviços de coleta e reciclagem de lixo e serviços de informática e prestação de serviço para o mercado de turismo (CESCON, 2000).

A primeira ITCP no Brasil surgiu em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e serviu de modelo para criação de outras ITCPs nas universidades brasileiras federais, estaduais, comunitárias e confessionais.

O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PRONINC, vinculado a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação Banco do Brasil, instituições que incentivaram projetos voltados a criação de ITCPs e fomento a economia solidária, possibilitaram até o final do ano de 2002 o surgimento de dezoito ITCPs (CRUZ, 2004). No período de 2003 a 2010, a FINEP e outros parceiros financiadores em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), permitiram a ampliação do número de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) apoiadas pelo Governo Federal, totalizando 77 (setenta e sete) unidades (MTE, 2012).

Na prática, as universidades se envolvem com o PRONINC de duas formas: promovendo atividades de formação continuada e prestando apoio técnico ao desenvolvimento de cooperativas e empreendimentos solidários. A grande maioria das Incubadoras Tecnológicas Universitárias na atualidade articula-se à Rede da Fundação

Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, instituída em 1996, e à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP), criada em 1997 (CULTI, 2006).

As ITCPs têm, entre seus objetivos, disseminar o conhecimento acadêmico às cooperativas populares, colaborando para o desenvolvimento e consolidação de empreendimentos econômicos autogestionários, viáveis economicamente e administrados solidariamente, que subsidiem a construção de referencial conceitual e metodológico acerca do processo de incubação, voltadas a promoção do desenvolvimento local e regional, estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, formação de discentes universitários em economia solidária, bem como criação de disciplinas, cursos, estágios, entre outras ações, que visem a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior (EID, 2002).

A inserção das incubadoras nas universidades públicas tem contribuído, em grau e intensidade diferenciados, para a construção de uma nova cultura: do trabalho individual para o trabalho associativo e a união de capacidades; do trabalho alienado para o trabalho consciente e transformador; da postura competitiva para a da cooperação e em prol de um novo modelo de desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES et al., 2006).

O trabalho desempenhado pelos incubados tem levado a melhoria da autoestima dos cooperados e a possibilidade de renda e aprendizado, demonstrando o grau de relevância das atividades de incubação junto a grupos de trabalhadores pobres e desassistidos (ROCHA; ARAÚJO; COSTA, 2006).

Mesmo considerando a pluralidade de experiências alicerçadas em matizes teórico-metodológicas e políticas diferenciadas, é possível afirmar que as incubadoras realizam estudos e pesquisas que visam produzir conhecimentos relevantes para esboçar e consolidar metodologias de incubação. Ao mesmo tempo, buscam envolver os três segmentos nas suas ações, sendo eles, universitários, professores alunos e servidores técnico-administrativos (CRUZ, 2006).

A partir de uma metodologia pedagógica norteada pela troca de conhecimentos acadêmico e popular, as ITCPs têm realizado a inclusão de grupos de baixa renda no mercado de trabalho e incentivado a institucionalização de políticas públicas que permitam a emancipação política, social e econômica dos empreendimentos solidários, em especial das associações e cooperativas incubadas (SINGER, 2005).

As ITCPs têm promovido Tecnologias Sociais (TSs) primordiais ao processo de mudança social. Estas TSs influenciam posições e condutas dos atores sociais, modificam o

acesso a bens e serviços, gerando soluções para as demandas da sociedade (DAGNINO, 2004).

As atividades realizadas pelas incubadoras universitárias, conhecidas como ITCPs, têm contribuído para a formação acadêmica, possibilitando a convivência com segmentos da sociedade, externos à universidade, trazendo experiência para atividades profissionais futuras dos participantes (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, é necessário que os atores sociais envolvidos no processo de incubação, entre eles, grupo de incubação, incubados, parceiros, apoiadores e patrocinadores, tenham a real percepção da necessidade dessas tecnologias produzidas gerarem ações, projetos, estruturas e métodos intensivos em conhecimento, poupadores de recursos, geradores de trabalho, renda e inclusão social.

O grau de institucionalização das ITCPs dentro das Instituições de Ensino Superior têm sido muito importante para o fortalecimento e sustentabilidade das incubadoras. Porém, o grau de institucionalização das incubadoras não está apenas relacionado somente à inserção interna nas universidades, mas também a sua capacidade de articulação político-social nos territórios onde atuam (GUIMARÃES et al., 2006).

A temática da institucionalização das Incubadoras Tecnológicas Populares é um processo e, como tal, é colocada como um desafio permanente, tanto no âmbito das Instituições de Ensino Superior como também entre os gestores do Ministério do Trabalho e Emprego e, especialmente, do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (SOUZA et al., 2003).

A institucionalização afirma-se como um processo capaz de assegurar autonomia e reconhecimento interno e externo. Contempla diferentes procedimentos formais e informais, ações e políticas, envolvendo diversas instâncias, com grau de organização e atores sociais diferenciados, que vão se apropriando e recriando eixos teórico-metodológicos para viabilizar a incubação, respeitando as especificidades dos grupos a serem incubados (CRUZ, 2006).

O processo de institucionalização das incubadoras de empreendimentos solidários constitui uma ação complexa, cuja organização envolve sua introdução nas instituições de ensino superior e a articulação de políticas e estratégias de sustentabilidade econômica-financeira. Essas três dimensões se interconectam e potencializam o processo de incubação, em sintonia com os princípios da Economia solidária, visando apoiar e expandir os arranjos socioeconômicos que se instituem como alternativa ao desemprego e à exclusão social, contribuindo para a formulação de um novo modelo de desenvolvimento (GUIMARÃES et al., 2006).

Acredita-se que para que as ITCPs consigam desenvolver uma extensão universitária participativa, seja necessário que as universidades, empresas, governos e sociedade se mobilizem, interajam e assumam o compromisso de promover o desenvolvimento social.

## **1.2. A Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI**

A Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI, fundada em 23 de novembro de 1913 no município de Itajubá, situada ao Sul do Estado de Minas Gerais, com o nome de Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá- IEMI, por iniciativa pessoal do advogado Theodomiro Carneiro Santiago, foi a décima Escola de Engenharia a se instalar no país. O então Instituto foi reconhecido oficialmente pelo Governo Federal em 05 de janeiro de 1917. Em 1936 o nome da instituição foi modificado para Instituto Eletrotécnico de Itajubá – IEI. Em 30 de janeiro de 1956 o IEI foi federalizado. Sua denominação foi alterada em 16 de abril de 1968 para Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI. A concretização do projeto de transformação em Universidade deu-se em 24 de abril de 2002, através da sanção da lei número 10.435, pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A UNIFEI até setembro de 2014 contava com dois campi, um na cidade de Itajubá, que apresenta 25 cursos de graduação e 329 docentes e 4.514 alunos e outro na cidade de Itabira que conta com 9 cursos de graduação e 124 docentes e 1.760 alunos.

Em janeiro de 2007 a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI instituiu dentro de suas dependências a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTECOOP, com a missão de fomentar a economia solidária, incentivar a formação de movimentos populares relacionados ao associativismo e ao cooperativismo, bem como promover a organização social da população local mais vulnerável através da geração de trabalho e renda.

Diante desse cenário de atuação das ITCPs, no qual estão imbricados a extensão social, a economia solidária, a incubação de empreendimentos solidários, a geração de trabalho e renda, identificam-se dificuldades e fragilidades vivenciados pelas Incubadoras para se manterem em funcionamento.

Para que as ITCPs consigam continuar ativas dentro das universidades públicas, percebe-se que as Incubadoras necessitam superar entraves de toda ordem, entre eles, restrições físicas, materiais, de pessoal e orçamentárias, visando manter sua permanência e sobrevivência nas instituições públicas de ensino superior.

Há uma disparidade entre os tempos de incubação e o de pesquisa e o desenvolvimento de uma tecnologia. Portanto, para além da importância do investimento em tecnologias sociais nas universidades, também deve ser valorizada, segundo Renato Dagnino (2004), a dedicação dos professores envolvidos no processo de incubação. Tais profissionais são responsáveis pela destinação das tecnologias sociais já existentes e concebidas, bem como pela apropriação coletiva dessas tecnologias pelos empreendimentos solidários incubados.

Para Dagnino (2004), no Brasil, a percepção dos atores envolvidos neste segmento da extensão universitária é que a Ciência e a Tecnologia foi e continua sendo historicamente focada na viabilidade e fortalecimento do mercado, sem considerar a grande maioria da população, organizada ou não, bem como os empreendimentos solidários com suas necessidades e demandas sociais. Para Dagnino (2004), essa mesma Ciência e Tecnologia necessita receber inovações e adequações tecnológicas que contemplem de fato a cultura, saberes e demandas locais da sociedade.

Neste contexto, é importante entender a dinâmica de funcionamento de uma ITCP e a forma como concebe, dissemina, consolida e re replica tecnologias sociais. Uma vez que o compartilhamento de conhecimentos e experiências com outras organizações parceiras, outros atores sociais do mesmo segmento e governo, podem auxiliar no enriquecimento de novos ensaios, propiciando a estas Incubadoras status de potenciais fomentadoras dos Empreendimentos Solidários e de políticas públicas que beneficiem a geração de trabalho e renda.

Dessa forma, buscou-se investigar neste trabalho os desafios enfrentados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá - INTECOOP UNIFEI em seu desenvolvimento, bem como em sua atuação junto aos seus empreendimentos incubados.

## **2. OBJETIVO GERAL DA PESQUISA**

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é identificar e analisar os desafios enfrentados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Engenharia de Itajubá – INTECOOP UNIFEI, em seu processo de desenvolvimento e em sua atuação junto aos seus grupos incubados.

### **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar e analisar o processo de desenvolvimento da INTECOOP UNIFEI;
- Identificar e analisar a atuação da INTECOOP UNIFEI junto aos seus grupos incubados;
- Identificar e analisar o relacionamento institucional da INTECOOP UNIFEI com a Universidade e seus parceiros;
- Identificar e analisar a metodologia de incubação da INTECOOP UNIFEI.

## **4. REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1. A Economia Solidária**

A prática da economia solidária brasileira é recente e está inserida num contexto de isenção do poder público em relação à disponibilização do trabalho formal, de enfraquecimento dos grupos sindicalizados e do associativismo das Organizações Não Governamentais – ONGs. O apoio de ONGs, sindicatos, cooperativas, igrejas, entre outros grupos a diversificados empreendimentos vieram consentir essa cultura de produção e comércio informal, em grande parte localizados em regiões menos urbanizadas e rurais do país, que acabam por validar ações que tornam o trabalho cada vez mais instável, fragmentário e fragilizado (LEBOUTTE, 2003).

A universidade como Instituição Social tem promovido a geração de conhecimentos e formação qualificada de recursos humanos para atuarem de forma plena e responsável na sociedade através da economia solidária (SINGER, 2002).

As universidades podem e devem impulsionar o cumprimento de sua missão social, por meio de ações de ensino, formando profissionais para atuar na Economia solidária, de atividades de extensão, apoiando organizações comunitárias na solução de seus problemas, e de ações de pesquisa, gerando novos conhecimentos teórico-metodológicos, a partir da interação com a realidade desse público mais excluído (NOGUEIRA, 2000).

As discussões sobre a economia solidária expandiram muito na última década, instante que recebeu o status de política pública nacional, acolhido pelo Ministério do Trabalho e Emprego via Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES), através da Lei n. 10.683 de 28 de maio de 2003 – Decreto n. 4764 de 24 de junho de 2003. Momento em que, simultaneamente, elaborou-se no domínio da sociedade, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tem como missão integrar as experiências de economia solidária no país e representá-las perante as lideranças e fóruns globais (GOMES, 2003).

A concepção da SENAES trouxe consigo a reformulação do conceito da informalidade laboral, como alternativa inovadora de investimento governamental no setor e forma de integração social propulsora de empreendimentos coletivos autogestionários (GOMES, 2003).

A Economia Solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo, que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias, articuladas no âmbito de segmentos

econômicos. Essas iniciativas assumem diversas formas de organização, que são reconhecidas como “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EESs) (SENAES, 2013).

A atividade coletiva em economia solidária surgiu como uma das alternativas à nova forma de organização laboral imposta pelo capital, representando atualmente uma eficiente forma de prática social estimada pela Senaes em mais de vinte e quatro mil empreendimentos produtivos no país. Abrange setores profissionais diversificados, compreendendo desde trabalhadores muito vulneráveis, com baixa escolaridade e que não apresentam experiência assalariada, até trabalhadores em situação de trabalho precarizado e sem proteção social. Os ramos de atividade da economia solidária compreendem desde atividades clássicas de subsistência até organizações falidas sob o comando autogestionário, bem como empreendimentos subordinados a grandes empresas inseridas na lógica de mercado (GAIGER, 2002).

A diversidade das áreas pertencentes a economia solidária permite identificar a complexidade das atividades econômicas solidárias, bem como a dificuldade dessas experiências empreendedoras para a obtenção de sustentabilidade junto ao mercado (FELÍCIO, 2005).

Temos vivenciado no Brasil o aumento das tensões da luta de classes, onde de um lado estão os representantes do capital pressionando o Estado para validação da precarização das condições de trabalho, da ausência de amparo social e salários reduzidos e do outro os movimentos sociais reivindicatórios (GAIGER, 2002).

Os empreendimentos solidários brasileiros têm sido concebidos sob um Estado indiferente a universalização de direitos, ao trabalho formal, na medida em que incentiva, divulga e apóia iniciativas laborais informais, bem como uma provável autonomização civil, como se o Estado discursasse em favor da sociedade por conta própria. A condição de sujeição do Estado ao mercado e sua reverência ao capitalismo tem transparecido via estratégia político-ideológica promovida em favor da cultura do auto-emprego (BARBOSA, 2007).

Segundos ativistas pró-economia solidária, os empreendimentos solidários surgem como um caminho apropriado para transpor a exploração social, como um laboratório de ensaios diferenciados que viabilizam inovadoras possibilidades (DUARTE, 2004).

Os estudos de natureza teórico-conceitual realizados por vários autores demonstram que existem correlações diretas entre as práticas de economia solidária e a ampliação do capital (GAIGER, 2002).

A investigação das experiências de economia solidária, sua estruturação, arranjos, articulação política e forma apresentada pelas políticas públicas na SENAES, permitem identificar uma relação de tensões e forças do Estado atuantes sobre os trabalhadores na informalidade. Percebe-se assim, algumas incoerências e equívocos que permeiam estas ações do Estado e que influenciam diretamente a incubação e atuação das cooperativas populares e empreendimentos solidários autogestionários (ALMEIDA, 2004).

Percebe-se um grande poder de influência ideológica-discursiva do Estado e persuasão do capital sobre a sociedade, apresentando um suposto colapso do trabalho interligado a possibilidade de ampliar capacidades laborativas individuais para constituição de empreendimentos independentes, firmando a idealização da cultura e uniformização do auto-emprego como escolha promissora. O incentivo a cooperação, solidariedade e autonomia de grupos independentes acabam tendo um viés político, voltado a diminuir as exigências por uma assistência pública do Estado (BARBOSA, 2007).

As políticas públicas de geração de trabalho e renda nas últimas décadas têm recebido maior ênfase na agenda do governo brasileiro, que tem dado destaque ao segmento das pequenas e médias empresas. Apesar do resultado dessas políticas ser diminuto, persiste o discurso em diversas instâncias do governo sobre os incentivos aos pequenos negócios. Por mais que o discurso principal da economia solidária recomende princípios e valores pró-cooperativistas, evidencia-se uma corrente em que seus avanços de posição na disputa dos empreendimentos solidários por ascensão e ajuda do Estado ainda são incipientes (BARBOSA, 2007).

Constata-se que os empreendimentos solidários concebidos a partir dos princípios da economia solidária, têm se apresentado como uma forma diferenciada de se produzir, mas não um modo de produção diferente, e que, a informalidade, subordinação e reduzido diferencial competitivo de grande parte dos grupos autogestionários, acabam não permitindo a estes, a equidade perante os agentes econômicos do mercado (KRUPPA, 2005).

Evidencia-se que a economia solidária é um movimento contemporâneo ainda em construção no Brasil, que se articula de formas diferenciadas, conforme envolvimento, integração, troca de conhecimentos e experiências entre seus públicos estratégicos, sendo entendida como uma modalidade específica de economia popular, baseada na cooperação e na autogestão, envolvendo atividades laborais multifacetadas, tanto no campo com na cidade.

## 4.2. A Extensão Universitária

A extensão é a área acadêmica mais contemporânea da universidade, tendo surgido no final do século XIX, primeiro na Inglaterra, depois em outros países europeus. A primeira universidade a criar um programa formal de cursos de extensão, certamente foi a universidade de Cambridge em 1871; em seguida, surgem na Universidade de Oxford ações direcionadas a regiões de acentuada pobreza. Progressivamente, a atividade da extensão se disseminou por outras universidades europeias. Em 1892, identifica-se nos Estados Unidos, nas Universidades de Chicago, experimentos bem-sucedidos de extensão, bem como nas Universidades de Wisconsin, em 1903. Porém, foram as atividades de extensão voltadas à assistência aos agricultores americanos, realizadas pelos Land Grant Colleges em conjunto com órgãos do Governo Federal Americano, que tiveram grande destaque e repercussão nacional (GURGEL, 1986; NOGUEIRA, 2005; MIRRA, 2009).

Tanto o modelo de extensão inglesa, quanto o americano influenciaram e continuam presentes na biografia, prática e legislação da extensão universitária brasileira. As primeiras experiências de extensão nas universidades brasileiras datam do início do século XX, restringindo-se à realização de cursos e conferências e à prestação de serviços. A antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, registrava a oferta de cursos e conferências destinados à população em geral; as Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, ambas de Minas Gerais, já realizavam no início dos anos 1920 ações de assistência nas áreas de agricultura e pecuária, destinada aos fazendeiros e suas famílias. Durante décadas a extensão foi realizada nas universidades brasileiras de forma secundária, limitando-se na maioria das vezes, à divulgação dos resultados da pesquisa ou ao reforço do ensino, atingindo a uma camada da população que já tinha acesso aos cursos superiores (FORPROEX, 2013).

A primeira referência legal à extensão universitária é registrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 e na Exposição de Motivos que o acompanha. A extensão era entendida como instrumento de transmissão do conhecimento da universidade para a sociedade com o objetivo de elevar o nível da cultura geral da população (FORPROEX, 2013).

A extensão é definida como sendo o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado

à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (NOGUEIRA, 2000).

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Pode-se dizer que a extensão avançou muito nas últimas décadas. Tem-se hoje um arcabouço conceitual consolidado, com o estabelecimento de diretrizes acadêmicas consistentes. O processo de institucionalização da extensão nas universidades é irreversível, a flexibilização dos currículos dos cursos valorizando a extensão é estabelecida em legislação federal; várias instituições consideram a extensão como critério para alocação de vagas docentes e seleção aos concursos, além de progressão na carreira docente. As instâncias executivas dos governos federal, estaduais e municipais, cada vez mais, vêm na extensão seu parceiro para implementação e avaliação de políticas públicas (FORPROEX, 2012).

O compromisso do Estado com a sociedade previsto na Constituição se faz representado em parte pela ação extensionista da Universidade pública, financiada pelo próprio Estado (CARVALHO, 2009).

O Estado diante de suas dificuldades em cumprir com suas funções públicas e perante seu déficit social acaba identificando as Universidades públicas como uma alternativa, para a busca de soluções dos problemas da realidade social local, regional e nacional (DAGNINO et al., 2004).

Registre-se da maior importância o preceito constitucional que estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Constituição Federal, art. 207) e ainda que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público (CF art. 213). Outro marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996) que estabelece a extensão como uma das finalidades da universidade. Um grande avanço no sentido da garantia de financiamento, com estabilidade e transparência para a extensão, foi a inserção da extensão universitária do Decreto nº 7.233, de julho de 2010, que regulamenta a matriz para alocação de recursos orçamentários para as universidades federais. Contudo, novos desafios se colocam no sentido do fortalecimento da extensão universitária, seja internamente, dentro das instituições enquanto dimensão acadêmica, seja externamente, no enfrentamento das grandes questões contemporâneas do ponto de vista emancipatório, da solidariedade e da sustentabilidade (FORPROEX, 2013).

A Universidade deve procurar ser fiel às suas próprias demandas e às aquelas provenientes dos demais setores da sociedade, fortalecendo a formação de profissionais comprometidos com esta mesma sociedade, preservando culturas, zelando por direitos humanos e compartilhando o conhecimento, cumprindo em parte sua missão. A Universidade que se situa distante, alheia aos apelos e conflitos dos diferentes setores da sociedade, funcionará como um setor isolado, conseqüentemente não terá nenhuma importância para a sociedade se suas portas forem fechadas (FORPROEX, 2001).

A Extensão Universitária dos Centros de Pesquisa e Universidades representam uma relevante estratégia para impulsionar o desenvolvimento e a qualidade de vida da sociedade nos territórios e espaços os quais estão inseridos. A Extensão Universitária favorece a aproximação entre a Universidade e Sociedade, sendo o grande debate a forma como a extensão universitária deve ocorrer, para quem ela deve ser direcionada, através de que canais, instrumentos, metodologias, o que ela deve oferecer, conceber e com que objetivo, ou seja, sem a contextualização antecipada da atuação extensionista, corre-se o risco de uma ação pouco representativa e vazia (VIEGAS et al., 2003).

A extensão universitária tem se tornado um meio cada vez mais importante de interação e troca de conhecimentos entre a o universo acadêmico e a sociedade, permitindo o diálogo entre o saber popular e científico.

O envolvimento das universidades públicas com questões de caráter social, tal como se verifica nas atividades de extensão, tem possibilitado aos centros de produção de conhecimento científico e tecnológico atender a demandas sociais crescentes e diversificadas da sociedade, voltadas a amenização dos problemas sociais, tais como o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome (CARVALHO, 2009).

Os projetos de acesso à universidade pública, voltados às pessoas com carência sócio-econômica comprovada, através de programa pré-vestibular mantido por meio das atividades extensionistas, têm representado uma oportunidade para milhares de jovens e adultos que desejam ingressar na universidade. Comprovadamente o resultado gerado com estas ações ultrapassam a qualificação dos alunos, permitindo a inclusão social e valorização profissional dos participantes (MELO NETO, 2002).

Os projetos de denominado “universidade aberta à terceira idade”, também são atividades de extensão universitária de responsabilidade social, voltadas às pessoas que estão envelhecendo, permitindo a elas usufruir o espaço educacional e cultural para a ampliação de saberes, educação continuada, oferecendo um ambiente de convivência social e a troca de experiências de vida intergeracional (ZART, 2006).

As ações pedagógicas, esportivas, culturais, artísticas, entre outras promovidas pelas atividades extensionista, propiciam aos participantes da terceira idade retorno ao convívio social, estímulo ao pleno exercício da cidadania, melhora no relacionamento familiar e melhora da autoestima. A troca intergeracional tem viabilizado aos docentes e bolsistas participantes uma melhora na percepção e concepção sobre o envelhecimento humano (ZART, 2006).

As universidades precisam incentivar institucionalmente seus professores, técnico-administrativos, bolsistas e estagiários dos programas e projetos de extensão e estabelecer critérios para a promoção na carreira do docente que realiza trabalhos de extensão, bem como promover junto a seus Centros de Pesquisa a desconstrução circunscrita no ambiente acadêmico da imagem pejorativa da atuação extensionista (BERNARDO et al., 2004).

As universidades brasileiras precisam criar dentro de seus centros de ensino e pesquisa uma estrutura de incentivo à prática extensionista, com mais investimentos, maior valorização, reconhecimento dos atores acadêmicos, maior número de bolsas, bem como a realização de ações de extensão em formatações mais integradas, contínuas, dialogais, articuladas, em contraposição as políticas e programas isolados, fragmentados, desconexos e desarticulados vivenciados dentro e fora das universidades brasileiras (BARBOSA et al., 2006).

A extensão remunerada nas Instituições de Ensino Superior voltada as atividades tecnológicas e mercadológicas aparentam ser forte, relevante, porém, suspeita-se que a extensão voltada às atividades sociais seja fraca, em razão de muitas vezes não propiciar ao corpo docente retorno financeiro e profissional.

A extensão universitária ao interagir e participar dos problemas da sociedade e dos movimentos sociais e políticos de luta contra a desigualdade social cooperaram para a construção e execução de políticas públicas sociais e inclusivas, bem como paralelamente, auxiliam a criação e manutenção de dispositivos internos à universidade, que permitam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (CARVALHO, 2009).

A adoção de uma maior integração entre ensino, pesquisa e extensão é necessária nas universidades públicas, uma vez que a atividade extensionista exige a atuação de profissionais oriundos de várias áreas do conhecimento, atuando de forma articulada, contribuindo na construção de uma nova relação ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, considerando a identidade cultural das comunidades apoiadas (CULTI, 2002).

A extensão universitária tem apresentado papel fundamental na transformação social e na melhoria da qualidade de vida dentro e fora dos muros da universidade (ARAÚJO, 2011).

É importante sistematizar o “fazer extensionista” para se ter uma memória que documenta o que foi feito. A Universidade não pode deixar de ver e nem de ouvir as diferentes demandas dos demais setores da sociedade. A extensão deve funcionar como os “olhos e os ouvidos” da universidade, cooperando decididamente com a transformação social. (DEMO, 2001).

A extensão universitária é complexa e multidimensional, tem um papel transformador através de sua atividade acadêmica de formação efetiva, representando uma interação e troca de experiências entre a universidade e a sociedade. Ambos ganham nesse processo de intercâmbio do conhecimento por meio de suas atividades, ações e eventos conjuntos, melhorando a qualidade de vida na localidade onde a Universidade atua. A extensão propicia que a comunidade acadêmica não se forme unicamente numa atmosfera artificial do círculo hermético da academia, rompendo com a formação de um profissional alienado e sem consciência social (DEMO, 2001).

A extensão deve ser reconhecida com um instrumento de transferência de conhecimento, de desenvolvimento econômico-político-social-cultural, de maximização de políticas públicas, de mobilização político-institucional, não podendo ser residual, eventual, acessória e/ou voluntária. Ela deve estar no centro do sistema universitário, a partir de capacidades e competências instaladas na Universidade. (NOGUEIRA, 2005).

A extensão necessita ser percebida como imprescindível à formação cidadã dos discentes e na qualificação dos docentes. Defende-se que a produção do conhecimento via extensão é mais rica, pois considera o saber popular, e ao testá-lo na prática, o conhecimento produzido ou preservado pela universidade retorna à academia reelaborado (NOGUEIRA, 2005).

As inovações e tecnologias sociais concebidas pela atividade de extensão universitária têm propiciado inúmeros benefícios à sociedade, diminuindo significativamente as desigualdades sociais e o número de grupos marginalizados excluídos do trabalho (LASSANCE, 2004).

As cooperativas populares incubadas pelos programas de extensão têm, de certa forma, alavancado a atuação de seus grupos em incubação, permitindo a troca de experiências de vida, aumentando o conhecimento da realidade social dos participantes e ampliado o exercício da cidadania por parte de todos os atores envolvidos nesse processo (ARAÚJO, 2011).

A institucionalização da extensão universitária é um processo relativamente recente no país. A análise do histórico da extensão universitária no Brasil, além de permitir a compreensão das constantes mudanças de entendimento do seu papel por parte das

Universidades e do próprio Ministério da Educação, favorece o entendimento da inexistência de estruturas específicas para a gestão da extensão universitária em um grande número de Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX, 2007).

É necessário reconfigurar a Política Nacional de Extensão, visando estabelecer novos parâmetros, indicadores, atribuições, competências, maior regulamentação e especificidade das políticas de extensão (SOARES, 2011).

Existem barreiras à extensão que resultam do distanciamento imposto pelas universidades em relação a sociedade e empresas em seus respectivos territórios, o que acaba por distanciá-las também da realidade social de nosso país, sendo necessário romper com esse quadro, permitindo dessa forma que as ações extensionistas construam novos conhecimentos junto aos públicos estratégicos locais, entre eles, movimento sociais, Ongs, Prefeituras, clubes de serviço, sociedade civil organizada, entre outros (SANTOS et al., 2006).

A extensão universitária necessita ampliar a inovação pedagógica através da adoção de maior diálogo, troca de saberes acadêmico-popular, destinar aos currículos universitários créditos voltados a atuação em práticas de extensão, ação esta já normatizada, porém não evidenciada em razão da cultura acadêmica conservadora, onde mesmo os reitores tendo autonomia, não acreditam ou não querem uma universidade engajada socialmente (SOARES, 2011).

A gestão da extensão universitária tem uma complexidade advinda de sua própria natureza. A relação com a sociedade, a transversalidade desejada, a convivência com docentes, técnicos e estudantes de diversos cursos e modalidades (graduação, mestrado e doutorado), a gestão de recursos materiais e financeiros obtidos junto a parceiros externos, entre outros, trazem elementos diferenciais em relação ao ensino e à pesquisa. Assim, a gestão da extensão universitária deve ser planejada para contemplar de forma eficiente o maior número de possibilidades de interações e de novas “salas de aula” e novos “laboratórios”, na maioria das vezes externos aos campi universitários (FORPROEX, 2007).

A estruturação da gestão da extensão envolve o planejamento, a organização de recursos, a coordenação, o controle das atividades, bem como o sistema de valores que a orienta. O planejamento tem como horizonte a definição da missão, dos objetivos, das diretrizes e prioridades, bem como das atividades e estratégias para sua implementação, das metas, dos meios e dos responsáveis pelas atividades. A gestão busca, também, organizar pessoas e recursos, definir atribuições, responsabilidades, normas e formas de trabalho, assim como coordenar, motivando pessoas e equipes a exercerem as atividades necessárias para o alcance dos objetivos, definindo fluxos de trabalho, promovendo negociações e pactuações de

estratégias de ação. Não menos importante é o controle de suas ações por meio do monitoramento e avaliação, que possibilita o acompanhamento e a comparação do que foi planejado com o que foi executado, permitindo rever rumos, consolidar ganhos, tomar decisões estratégicas, gerenciais e operacionais, bem como replanejar suas ações (FORPROEX, 2007).

A avaliação da extensão universitária encontra-se em construção, sinalizando para a necessidade de se avançar na definição e implementação de indicadores e de instrumentos, bem como na discussão sobre a sua contribuição no aprimoramento da gestão da extensão e de suas ações. A avaliação da extensão, como uma das dimensões da avaliação institucional, é fundamental e pode ser viabilizada a partir da estruturação de sistemas de registro que identifiquem, caracterizem e sistematizem as informações sobre os programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços de extensão desenvolvidos na universidade (FORPROEX, 2001).

Há a necessidade de que os órgãos definidores da política nacional de extensão se posicionem de maneira mais efetiva e clara quanto aos processos de aprovação, acompanhamento e avaliação de atividades de extensão, quanto a definição de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produções, publicações e políticas de fomento (CARVALHO, 2009).

Criado em novembro de 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) vem a partir de sua criação através da instituição da Comissão Permanente de Avaliação Nacional da Extensão Universitária e institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras, promovendo o debate nacional sobre a extensão universitária, bem como realizando a produção de referenciais teóricos e práticos relativos à extensão universitária (FORPROEX, 2013).

Os materiais didáticos produzidos e registrados pelo FORPROEX têm sido disponibilizados através de oito volumes da coleção extensão universitária, tendo sido publicados de 1997 até o ano de 2013, uma coletânea que traz diversos temas inerentes a extensão, entre eles, o Plano Nacional de Extensão Universitária, a Avaliação da Extensão Universitária, sistema de dados e informações sobre extensão, flexibilização curricular, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, institucionalização da extensão, organização e sistematização do referencial teórico, metodológico e prático da extensão, gestão da extensão universitária, estudos comparativos sobre extensão, conceito e as diretrizes de extensão, entre outros assuntos (FORPROEX, 2013).

O FORPROEX tem preconizado entre outras medidas a garantia do financiamento da extensão, a saber: a inclusão da extensão nos planos plurianuais do Governo Federal, com vistas ao financiamento das ações de médio e longo prazo e a continuidade das mesmas; a inclusão da extensão nos orçamentos das universidades públicas; e por fim, a criação de um Fundo Nacional de Extensão com aporte de recursos provenientes dos órgãos públicos (FORPROEX, 2013).

Para o FORPROEX, as ações de extensão são classificadas em cinco tipos, a saber, programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço, sendo as respectivas denominações definidas pela entidade da seguinte forma: O programa é conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviço), preferencialmente integrando ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes, e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo; O projeto é a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser ou não vinculado a um programa; O curso é a ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e critérios de avaliação definidos; O evento é a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade e a prestação de serviço é a realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem (FORPROEX, 2007).

A incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. A incubação de empreendimentos solidários é algo novo, que surge para inovar e diferenciar-se do acúmulo anterior que tem como característica marcante e imprescindível a busca da lei do lucro, algo muito distante da Economia solidária. Trata-se, portanto, de lidar não apenas com o econômico, mas, simultaneamente, com a inclusão social, a solidariedade, a cooperação, fato recente na academia e na sociedade (ARRUDA, 2005).

#### **4.2.1. PRONINC - Um viés da Extensão Universitária**

O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos solidários (PRONINC) pode ser denominado como um viés da Extensão Universitária, por ter como objetivo apoiar e fomentar as universidades a desenvolverem ações de incubação de empreendimentos solidários, oferecendo-lhes apoio, assessoria, qualificação e assistência técnica, bem como amparar organizações que atuem como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para organização do trabalho, com foco na autogestão, tendo o corpo discente e docente das universidades envolvidos diretamente nesse processo (GALLO et al., 2000).

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, conhecidas como ITCPs, objetivam assessorar e fortalecer empreendimentos solidários, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As Incubadoras de Empreendimentos Solidários - EESs são, em sua maioria, vinculadas às universidades (públicas ou privadas) ou a outras instituições de ensino superior, as quais têm também a missão de formar docentes e discentes na temática da Economia solidária (MTE, 2012).

As incubadoras de Economia solidária (ES) têm suas raízes no movimento da Ação da Cidadania, quando em meio à extrema pobreza de grupos populares pertencentes a grandes centros urbanos brasileiros. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, conclamou todos a agirem “contra a fome e a miséria e pela vida”. A inserção das entidades públicas, nesta proposta originou em 1993, no Rio de Janeiro, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP, com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda para os segmentos da população pobres e vulneráveis (MTE, 2012).

Uma das ações do COEP foi apoiar à constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1995, iniciativa considerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como o marco precursor para a formação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. (MTE, 2012).

A primeira ITCP surgiu em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, dentro de um dos principais centros de pesquisa aplicada em tecnologia da América do Sul, denominado Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) (CRUZ, 2004).

Essa experiência da UFRJ referenciou a atuação de outras universidades com Cooperativas Populares e originou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC, envolvendo a FINEP, a Fundação Banco do Brasil, o BB, o COEP e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP (COPPE/UFRJ) (SENAES, 2013).

O PRONINC foi criado em 1998 com o objetivo de fortalecer os processos de incubação de EESs (Empreendimentos Solidários) pelas incubadoras. Em seu primeiro período de atuação, de 1998 a 2002, o PRONINC sofreu descontinuidade, voltando a ser rearticulado e impulsionado no ano de 2003, com a institucionalização da política de Economia solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a criação da SENAES (MTE, 2012).

Com a criação da SENAES em 2003, o PRONINC foi retomado, criando condições mais propícias para o apoio às incubadoras e incentivo à criação de novas incubadoras. Desde então o PRONINC conseguiu ampliar a quantidade de universidades e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que desenvolvem processos de incubação de empreendimentos solidários (EESs) (MTE, 2012).

A primeira iniciativa da Secretaria Nacional de Economia solidária subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego foi a definição da constituição do Comitê Gestor do PRONINC para debater a experiência acumulada e as propostas para continuidade do programa. O Comitê Gestor foi composto pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Pesca e Agricultura (MPA), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Turismo (MTUR), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil (BB), Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), UNITRABALHO e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia solidária (SENAES, 2013).

O Comitê Gestor foi gradativamente incorporando outros órgãos de governo que identificaram nas incubadoras uma possibilidade para implementar as políticas públicas necessárias no enfrentamento à desigualdade e à pobreza e na promoção de processos de desenvolvimento mais justos e solidários (SENAES, 2013).

Em relação à institucionalização do PRONINC, ocorreram avanços significativos para a afirmação do Programa e seu reconhecimento no âmbito da ação governamental culminando com a publicação do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre a

implantação do Programa. O Decreto Presidencial foi elaborado em conjunto ao Comitê Gestor e assinado pelos ministérios e demais instituições que compõem o Comitê. O decreto regulamenta o PRONINC, seu Comitê Gestor, funcionamento e composição, e os principais conceitos, definições e objetivos do Programa (SENAES, 2013).

Ao longo dos anos de 2003 a 2011 a SENAES coordenou junto com o Comitê Gestor, a publicação de três editais de Chamadas Públicas para selecionar projetos de fortalecimento e criação de incubadoras. Os editais construíram possibilidades concretas para a ampliação das atividades das incubadoras alocando recursos orçamentários específicos para esta ação (SENAES, 2013).

A principal contribuição da SENAES nesse processo foi a ampliação do diálogo das incubadoras de EESs com o Governo Federal, fortalecendo as parcerias já existentes e ampliando a participação de ministérios e de outros órgãos federais na gestão do PRONINC que se reúne regularmente para a definição de metas, prioridades e mecanismos de acompanhamento do programa, seleção e acompanhamento dos projetos e participação no financiamento (SENAES, 2013).

A SENAES aponta o Governo Federal como maior provedor de recursos para as incubadoras, onde 90% delas conseguem recursos da União. Sendo os órgãos que as incubadoras mais acessam recursos o Ministério da Educação (43,8%); CNPQ (27,1%); FINEP (20,8%); MTE (22,9%); Fundação Banco do Brasil (14,6%); PETROBRAS (12,5%); MDS (10,4%) e MTUR (8,3%) (SENAES,2013).

Segundo os dados do IADH, cerca de 81% da incubadoras apresentam outras fontes de recursos que não os do PRONINC e 13% não possuem outra fonte, o que demonstra que a maioria delas tem feito um grande esforço para captar recursos de outras entidades na busca de garantir a continuidade de seu trabalho e ampliar a sua atuação (MTE,2012).

A capacidade de realizar parcerias é um indicador de sustentabilidade das incubadoras, não somente pela importância das parcerias para assegurar o acesso a outras políticas públicas e apoiar a viabilidade dos empreendimentos solidários, mas também para garantir um fluxo de recursos complementares à própria incubadora, que lhe permita a continuidade da assistência técnica demandada pelos empreendimentos (SINGER, 2002).

Segundo dados levantados pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH a carga horária máxima que pode ser registrada nos planos de trabalho dos docentes para extensão é reduzida e a maioria das universidades exige maior envolvimento dos docentes com as salas de aula (ensino) e com a pesquisa; dessa forma, muitos professores comprometidos com a atividade de extensão acabam extrapolando seu limite máximo de

horas reconhecidas e remuneradas formalmente, e isso é muitas vezes desmotivador (MTE, 2012).

O PRONINC avançou em todo o território nacional fornecendo apoio técnico e financeiro para manutenção e implantação de incubadoras de ES com a finalidade de geração de trabalho e renda, através da incubação de EESs. As ações do programa tiveram impulso com a ampliação dos recursos e dos instrumentos de seleção de projetos para apoio às incubadoras já existentes e apoiadas pelo PRONINC, para auxílio às novas incubadoras com recursos do orçamento do MTE/SENAES, do MDS, da FINEP, da FBB e do MEC, bem como fomento à projetos de transferência de tecnologias e disseminação de conhecimentos, mediante a formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de empreendimentos solidários, com recursos da SENAES e da FINEP (SENAES, 2013).

O PRONINC tem contribuído para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Economia solidária, apoiando atualmente 77 incubadoras em todo território nacional. Estas ITCPs têm sido supervisionadas pelo Comitê Gestor através de uma política sistemática de acompanhamento e avaliação do programa. Neste sentido, a SENAES estabeleceu parcerias com instituições não universitárias para execução de projetos específicos de avaliação. O primeiro deles, executado em 2005, pela Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e o segundo em janeiro de 2010, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), organização da sociedade civil de interesse público. As principais contribuições desses processos avaliativos tem sido o conjunto de recomendações para que o PRONINC possa se consolidar enquanto uma política pública (SENAES, 2013).

É preciso aprofundar o diálogo com o MEC/PRONINC e estabelecer que os editais sejam mais acessíveis e possam ser concretizados na prática, colocando as incubadoras de cooperativas populares como política universitária no ensino, pesquisa e extensão, transformando o PRONINC numa política pública.

### **4.3. A Tecnologia Social (TS)**

O que está na raiz da discussão sobre Tecnologia Social atualmente é qual o entendimento que se tem sobre TS e de que forma ela deve ser conhecida e amplamente requerida pela sociedade brasileira, a fim de se produzir um novo patamar de

desenvolvimento, visando a inclusão dos brasileiros no acesso e na produção desse conhecimento. Uma das características desta produção é que ela parte de problemas diretamente relacionados à prática. Essa aproximação entre prática e teoria é o que marca a produção de conhecimento que as ONGs têm procurado realizar (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2012).

O Instituto de Tecnologia social - ITS, por exemplo, teve como ponto de partida para elaborar o conceito de Tecnologia Social a realização de um levantamento bibliográfico, feito com dois objetivos: mapear textos, artigos, teses e livros que fizessem uso do termo Tecnologia Social (tanto em português quanto em inglês) e identificar os diferentes usos institucionais do termo, em sítios eletrônicos de organizações que trabalham com o tema, e de instituições relacionadas à Ciência Tecnologia e Informação. Foram listados os usos mais comuns, bem como as implicações que deles se podia depreender. O que interessa sublinhar é que foram identificados poucos textos que empregavam o termo Tecnologia Social e nenhum deles oferecia uma discussão propriamente conceitual sobre TS. Além disso, nenhuma das poucas definições existentes correspondia exatamente ao que o Instituto de Tecnologia Social - ITS e seus interlocutores vinham chamando de Tecnologia Social (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2012).

O ITS tem realizado o mapeamento nacional de Tecnologias Sociais produzidas e/ou utilizadas por ONGs, o levantamento de experiências relacionadas com Tecnologia Social, em geral promovidas por ONGs e pelo Poder Público, com o objetivo desse acervo de informações possibilitar via disseminação, aprendizagens acumuladas pelas experiências de Tecnologia Social e, assim, contribuir para a prática de outros atores sociais. Mais do que sistematizar estas experiências passo a passo para formulação de uma receita, o que o ITS tem procurado fazer, é identificar quais são os aspectos determinantes na experiência que a tornam uma solução para problemas da população e como as instituições encontram instrumentos para desenvolvê-los (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2012).

Segundo o Instituto de Tecnologia Social, o que está na raiz da discussão sobre o tema “Por que falar de tecnologia social?” é o entendimento que a ciência e a tecnologia devem ser conhecidas e amplamente requeridas pela sociedade brasileira, a fim de se produzir um novo patamar de desenvolvimento, visando a inclusão de todos brasileiros no acesso e na produção do conhecimento. Para o ITS o interesse pelo tema TS implica no esforço pelo reconhecimento de um tipo de produção e atuação específicas das organizações não governamentais que se destacam pela relação diferenciada entre a produção e a aplicação do conhecimento (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2012).

As estratégias utilizadas para refletir sobre o conceito de TS pelo ITS permeiam o levantamento de significados de Tecnologia Social conforme as instituições que trabalham com o tema, o levantamento de significados do conceito conforme textos que lidam com o termo TS, a identificação e descrição de experiências que contenham elementos de Tecnologia Social, a discussão dessas experiências nas oficinas e identificação das aprendizagens geradas com cada experiência e a sistematização e discussão dos significados encontrados com uma diversidade de atores.

Três eixos ajudaram o ITS a organizar a reflexão sobre Tecnologia Social, sendo eles, os princípios que perpassam as ideias sobre TS (aprendizagem, participação, transformação social e geração de conhecimento e aprendizado), a definição de TS (conjunto de técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida) e os parâmetros para caracterização das TS (quanto a sua razão de ser - TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população; quanto aos processos de tomada de decisão – democráticos; quanto ao papel da população – participativa; quanto a sistemática – planejada e organizada; quanto a construção de conhecimentos - inovadores a partir da prática; quanto a sustentabilidade - visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental e quanto a ampliação de escala - gera referência para novas experiências a partir da aprendizagem).

As implicações do conceito de TSs diz respeito a necessidade de democratizar o saber e ampliar o acesso ao conhecimento científico, a avaliação dos riscos e impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais da aplicação de tecnologia, a investigação científica das demandas sociais, o comprometimento da produção de conhecimento voltado a transformação da sociedade, no sentido da promoção da justiça social, o monitoramento e avaliação dos resultados e impactos gerados, a promoção da emancipação das populações, a troca de conhecimento entre os atores sociais envolvidos, a transformação social, a inovação, aprendizado e participação, bem como o desenvolvimento de instrumentos para realização de diagnósticos (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2012).

Segundo Albuquerque (2009) o termo Tecnologias Sociais (TS) é muito amplo e genérico, perdendo em substância aquilo que caracteriza as Tecnologias Apropriadas (TAs), este um termo muito mais concreto e focado tal como são as tecnologias específicas que ele engloba.

TS é uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de

inclusão social e de desenvolvimento sustentável. Os atores fundamentais dos processos de desenvolvimento de TSs são: movimentos sociais, cooperativas populares, Organizações Não Governamentais (ONGs), unidades públicas de Investigação e Desenvolvimento, divisões governamentais e organismos descentralizados, empresas públicas (e em menor escala, empresas privadas) (THOMAS, 2009).

Nos países bascos, a Associação para a Promoção da Tecnologia Social (APTES) define a TS como aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos orientada à resolução de problemas de subsistência, saúde, educação, envelhecimento e deficiência, passíveis de reaplicação. Apesar da adoção do conceito “reaplicação” constituir uma contribuição significativa, a conceituação de TSs adotada ainda supõe amplas margens de ambiguidade (THOMAS, 2009).

Tecnologias Sociais (TS) são aquelas técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma tecnologia social sempre considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, associada às formas de organização coletiva, representando soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004).

Compreendidas como um conjunto de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas como alternativas coletivas de transformação social, as TSs são soluções tecnológicas construídas por nossas comunidades, organizações e movimentos sociais a partir das próprias experiências, das próprias realidades em seus locais de vida e de trabalho. Ao ter de inventar os próprios métodos onde os meios quase sempre inexistem, com frequência nossas lideranças comunitárias resolvem seus problemas locais por meio de soluções simples, práticas, eficientes e criativas que, por serem de baixo custo e de fácil execução, acabam sendo reaplicáveis para outras comunidades em condições semelhantes de vivência e de expectativas (WEISS, 2009).

As tecnologias sociais (TSs) são a base em torno da qual é possível articular uma ampla rede de atores sociais. Ao mesmo tempo, a inovação social com base em tecnologias sociais precisa ser estruturada em modelos flexíveis, pois nem tudo que é viável em um lugar e para uma determinada situação, o será para outra, mesmo que semelhante (BAUMGARTEN, 2005).

Com base na argumentação de Baumgarten (2005) podemos inferir que, para eficácia do compartilhamento em escala do conhecimento gerado pelas TS, é necessária a adequação de sua reaplicação ao espaço geo-sócio-cultural em que for inserida.

O conceito de Tecnologia Social que aqui se adota é o da Rede de Tecnologia Social que a define como sendo todos os processos, técnicas e metodologias, reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que represente efetiva solução de transformação social; Entendendo como tecnologia o sistema de conhecimentos e a organização necessária para desenvolvê-la e utilizá-la (RTS, 2012).

A tecnologia social da qual se fala deve ser alicerçada nos princípios da economia solidária, bem como ser apropriada coletivamente, tendo a certeza de que sua cultura e saberes locais foram respeitados, garantindo dessa forma a melhoria da qualidade de trabalho, saúde, renda e preservação ambiental (DAGNINO, 2004).

O conceito de TSs compreende produtos, planos, técnicas reaplicáveis, projetos, ações, eventos, desenvolvidos na interação com uma coletividade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. O conceito de TSs é baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas e carências concretas da sociedade em várias áreas tais como: cultura, lazer, segurança, alimentação, educação, energia, habitação, saúde, ambiental, social, rural, comunicação, entre outras (DAGNINO, 2004).

O resultado da aplicação e reaplicação dessa tecnologia se dá na sua apropriação coletiva e na melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse processo, e não com ganhos privados garantidos pelo Estado, por meio da propriedade intelectual. A tecnologia social tem como um de seus objetivos ser reproduzida, renovada, recriada.

Por meio das Tecnologias Sociais as comunidades têm solucionado problemas práticos da vida cotidiana, inventam novos paradigmas e, assim, contribuem para a elaboração e a implementação das estratégias de desenvolvimento economicamente viáveis, socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis, capazes de abrir as portas da cidadania para a inclusão das milhares de pessoas que estão na faixa de exclusão da pirâmide social. Como exemplos de soluções propiciadas por tecnologias sociais pode-se citar o soro caseiro, a farinha multimistura (suprimento alimentar de combate a desnutrição, feito a base de farelos, sementes, pó de folhas e casca de ovos), a fossa séptica biodigestora (consiste em desviar a tubulação dos vasos sanitários para caixas de amianto, nas quais os coliformes fecais são transformados em adubo orgânico de qualidade, pelo processo de biodigestão, desta forma preserva-se o lençol freático da contaminação pela chamada fossa negra, comum na zona rural), o secador solar (tipo de estufa exposta ao sol que desidrata os produtos expulsando a umidade contida neles, minimizando a perda pós-colheita), o fogão de lenha ecoeficiente

(impede a poluição intradomiciliar danosa à saúde), as cisternas rurais (realiza a captação e armazenamento da água das chuvas), entre outros. As TSs são, portanto, soluções tecnológicas construídas a partir da realidade, do sonhar e da esperança das nossas comunidades de encontrar as próprias saídas para os próprios problemas sociais, tendo-se tornado aptas a serem utilizadas como instrumentos de políticas públicas para melhorar a vida das pessoas por meio de um desenvolvimento participativo (WEISS, 2009).

É imprescindível rever as conceituações sobre Tecnologias Sociais disponíveis, dando o real significado, sentido e inteligibilidade a este processo dinâmico, coletivo, promotor da transformação social, orientado à resolução de problemas sociais e ambientais (GUIMARÃES et al., 2006).

Analisar as Tecnologias Sociais (TSs) a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável parece ser uma alternativa viável à sociedade, tendo como objetivo impulsionar a melhoria da qualidade de vida do indivíduo. Porém, essa coletividade ainda apresenta dificuldades na compreensão da concepção exata dos termos Tecnologia Social, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SINGER, 2004).

Em meio a uma série de mudanças econômicas, políticas, ambientais, científicas e tecnológicas locais e globais, as sociedades vêm passando por uma enorme transformação cultural, resultando em novas formas de perceber, entender e projetar o mundo, o homem, o presente e o futuro (VEIGA, 2008).

Nesse contexto, surgem as TSs, caracterizadas por serem uma via de acesso democrática e participativa voltada à emancipação do indivíduo, por meio de tecnologias de baixo custo, de fácil implementação, reaplicáveis e de alto impacto social, capazes de gerar empreendimentos autogestionários, novas formas associativas e, conseqüentemente, promotoras de inclusão social.

As TSs partindo da visão de desenvolvimento sustentável propõem novas oportunidades de estímulo ao empreendedorismo, a cooperação, ao desenvolvimento incluyente, a geração de frentes de trabalho capazes de romper com ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza enfrentados pelos países pobres e em desenvolvimento (SINGER, 2006).

Garantir as necessidades atuais sem afetar o potencial das gerações futuras é uma discussão que permeia as TSs e estas buscam soluções para os problemas locais, regionais e até globais, relacionados ao crescimento populacional, ao esgotamento de recursos naturais não renováveis, a poluição, a exclusão social, a precarização do trabalho, as desigualdades

sociais, as externalizações negativas da indústria, a preservação ambiental e a qualidade de vida (SACHS, 2008).

Para que o desenvolvimento tecnológico viabilize de fato a sustentabilidade, é preciso realizar uma reflexão sobre a ética adotada na produção do conhecimento científico-tecnológico e no desenvolvimento das experiências sociais desencadeadoras de tecnologias sociais (SACHS, 2008).

As tecnologias do passado provocaram os problemas do presente e, as tecnologias do presente, precisam ser repensadas e reconstruídas para não comprometerem o bem estar e sobrevivência das gerações futuras (VEIGA, 2008).

É urgente a adoção de produtos e processos tecnológicos inovadores, que propiciem mercadorias recicláveis, biodegradáveis, de baixo impacto ambiental, que viabilizem atividades laborais inclusivas, politicamente corretas, socialmente equânimes, que respeitem as características socioculturais de cada localidade.

A Ciência e Tecnologia têm uma grande importância para a promoção do desenvolvimento sustentável, e para isso há a necessidade de construir outro modelo de desenvolvimento, que contemple múltiplas dimensões.

É preciso repensar o padrão científico e tecnológico vigente, para que ele esteja em sintonia com esses anseios de sustentabilidade, bem como perceber que os empreendimentos incubados no Brasil não deveriam enfrentar dificuldades para conseguir empréstimo junto a instituições financeiras, sob a alegação de que suas características de baixa renda, sem garantia, em fase inicial de estruturação e natureza jurídica nem sempre com fins econômicos, não dão condições a estes empreendimentos da realização de empréstimos (SENAES, 2013).

A tecnologia que vem sendo produzida ao longo dos tempos tem sido elemento importante da construção de uma sociedade desigual e da insustentabilidade do planeta. Pensar em outro tipo de sociedade implica em construir outro tipo de tecnologia, partindo de formas diferentes de desenvolvê-la, pois, do mesmo jeito que o problema da exclusão social está relacionado com a ciência e a tecnologia, estas podem desempenhar papel importante para a construção de um mundo melhor.

A sociedade necessita atualmente de uma matriz científica e tecnológica comprometida com um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e incluyente, que permita o acesso da sociedade a conhecimentos e tecnologias voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos e não apenas de uma minoria.

Para Faria (2001), as instituições de ensino superior, universidades e centros tecnológicos, podem desempenhar um papel central na estratégia de desenvolvimento de uma

nova matriz tecnológica, buscando a ligação entre o conhecimento científico com os valores éticos, sociais e ambientais.

É importante perceber que, para desenvolver uma tecnologia assim, desde a sua concepção até a sua aplicação, deve-se ter incorporado uma intencionalidade de inclusão social e desenvolvimento econômico-social e ambientalmente sustentável. Cada tecnologia deve ser definida de acordo com seu contexto, pela relação particular da tecnologia com a sociedade e envolvimento dos atores interessados (FONSECA, 2010).

A solução da problemática da miséria, pobreza, exclusão social e do subdesenvolvimento não podem ser pensadas sem antes levar em consideração o contexto da dimensão tecnológica: transporte, moradia, produção de alimentos, energia, acesso ao conhecimento e a bens culturais, ambiente e organização social (THOMAS, 2009).

A interface de teorias advindas de distintas percepções disciplinares (economia, sociologia, ciência política, filosofia) viabiliza vários instrumentos analíticos favoráveis ao desenvolvimento de novas perspectivas sobre as TSs (THOMAS, 2009).

A forma atual como a ciência e tecnologia têm sido aplicadas nos países em desenvolvimento não tem contribuído para a inclusão social. A concepção linear de conversão do avanço científico em avanço tecnológico tem gerado crescimento econômico, mas não desenvolvimento social. O que parece óbvio nem sempre corresponde a essa obviedade. A percepção que o conhecimento científico é o mecanismo mais importante para a edificação de uma sociedade melhor, acaba reforçando a opinião da sociedade no sentido de legitimar as atividades realizadas pelos centros de pesquisa, que nem sempre correspondem as demandas dos grupos marginalizados (FONSECA, 2009).

Neste contexto, surgem novas oportunidades abertas às TSs diante da necessidade de aproximar o conhecimento científico dos saberes populares, possibilitando o intercâmbio entre localidades e regiões distintas, onde atuam diferentes atores (BARROS, 2004).

Surge então uma nova perspectiva para um desenvolvimento concebido a partir da concepção das TSs, tendo um enfoque diferenciado, coletivo, que remodela a maneira de perceber, avaliar os procedimentos e os contextos sociais, buscando construir uma práxis que se apoia em experiências, eventos, ações, projetos, programas e políticas que vislumbrem a emancipação do indivíduo (BOCAYUVA, 2009).

A TS disposta em redes paralelas, apoiadas em escolhas quanto a relação dos fluxos e processos que conduzem as atividades cooperativas, de autogestão, permitem trocas de conhecimento, maior socialização, aprimoramento do aprendizado e melhor balizamento de ações e condutas (BOCAYUVA, 2009).

Segundo Putnam (2000) uma pesquisa realizada pelo Institute for Social Research da Universidade de Michigan, entre 35 países pesquisados, o Brasil ocupava o lugar mais baixo em confiança social e um dos mais baixos em engajamento cívico.

Neste contexto, as TSs propõem a geração de novas vias de resolução de problemas coletivamente, por meio de uma visão não ingênua da tecnologia, possibilitando a eleição de novos caminhos, a participação dos produtores e usuários no processo de construção dessas tecnologias, bem como o acesso igualitário desses atores aos bens e serviços produzidos (THOMAS, 2009).

O avanço científico e tecnológico, bem como o crescimento econômico são características imprescindíveis e satisfatórias para a viabilização do estágio vindouro, sendo a ciência o ponto de partida para o desenvolvimento social. É necessário entender a perspectiva tecnológica da questão da exclusão social, onde a tecnologia não se apresenta como não neutra, mas como uma construção social que incorpora valores do contexto no qual é concebida; e conseqüentemente, os itens tecnológicos são intrinsecamente portadores de valores sociais, sendo sua aplicação fortemente condicionada por esses valores. Esta visão de ciência e de tecnologia como construções sociais ainda é restrita a muitos círculos de ensino e pesquisa, tendo partido dos movimentos sociais (FONSECA, 2010).

Toda tecnologia possui algum viés político e pode adquirir configurações de poder e domínio. Os instrumentos, mecanismos e construções tecnológicas precisam ser avaliados não só por seus benefícios, eficácia, produção, interferências ambientais, mas também pela forma como foram pensados e idealizados (FONSECA, 2010).

### **4.3.1. A Relação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares com a Tecnologia Social**

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares é um processo político-pedagógico, mediado pelo uso de tecnologias sociais, que visa apoiar a formação e consolidação de empreendimentos econômicos associativos autogestionários e solidários, potencializando a produção de práticas emancipatórias (SENAES, 2013).

Segundo Dagnino (2004) o tema tecnologias sociais está presente nas ITCPs brasileiras de forma pouco aprofundada, apesar da maioria das incubadoras ter gerado ou usado alguma tecnologia social em suas atividades de incubação.

As próprias metodologias utilizadas pelas incubadoras para apoiar os empreendimentos de Economia solidária são consideradas exemplos de tecnologias sociais replicadas em todo país e nas universidades. Afinal de contas, são metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e promotoras de transformação social, tendo, portanto, em si, todos os elementos do conceito de Tecnologia Social (DAGNINO, 2004).

Segundo levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2010 através do IADH tem ocorrido entre a maioria das incubadoras o aprofundando da discussão sobre o papel da incubadora no que concerne ao desenvolvimento das tecnologias sociais, vindo à tona o entendimento dos Coordenadores de ITCPs de que não deveria ser as incubadoras responsáveis por esse importante papel no ambiente universitário, pois não tem corpo técnico para esse fim. O papel da incubadora deveria ser mais de difusora tecnológica, partindo da relação entre incubadora e demais instâncias e ambientes das universidades, principalmente com os professores e professoras, alunos e alunas pesquisadores, momento em que as tecnologias sociais passariam a ser geradas, em um processo interativo, de diálogo permanente.

Ainda não se percebe o envolvimento das universidades como um todo, no desenvolvimento de novos produtos ou equipamentos para melhorar ou incrementar o processo produtivo dos empreendimentos solidários incubados. Muitos temas ainda são demandados pelos empreendimentos às incubadoras, que não encontram referência de pesquisa na própria universidade, demonstrando que há um distanciamento do foco das pesquisas existentes em relação a esse tipo de empreendimento (DAGNINO, 2004).

Alguns grupos conseguem uma aproximação, mas a maioria não. Por vezes, esse contato é iniciado quando a incubadora é percebida como objeto de pesquisa, gerando a produção acadêmica de dissertações e teses sobre economia solidária, e tendo as experiências de incubação como casos, o que não significa que as demandas tecnológicas dos empreendimentos sejam consideradas e abordadas, tampouco que se transformem em novos temas de pesquisa (DAGNINO, 2004).

Muitas incubadoras têm desenvolvido tecnologias sociais, sejam metodologias, processos ou produtos, porém ainda não tem registrado e sistematizado o processo de concepção dessas tecnologias (SENAES 2013).

As políticas públicas de apoio à incubação ainda não têm incentivado o desenvolvimento tecnológico, nem aportam recursos financeiros para esse fim, tampouco para o processo de sistematização e compartilhamento do que já vem sendo feito (DAGNINO, 2004).

## **5. MATERIAL E MÉTODO DE PESQUISA**

O estudo exploratório é caracterizado pela realização do levantamento de informações sobre o objeto de estudo investigado, através da obtenção de fontes/dados primários e secundários (SAMARA, 2002).

Realizou-se neste trabalho um estudo exploratório fundamentado em fontes secundárias (teses, dissertações, artigos, textos, livros, sítios eletrônicos, entre outros já disponíveis) compreendendo informações sobre a INTECOOP - UNIFEI e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, assim como um estudo de caso embasado em fontes primárias, obtida por meio de entrevistas pessoais com o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, o Ex-Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU da UNIFEI, atualmente Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, os ex-servidores técnico-administrativos, assessores de economia solidária da INTECOOP UNIFEI e os presidentes dos grupos em incubação na INTECOOP UNIFEI.

Os métodos de pesquisa, estudo exploratório e estudo de caso, foram utilizados neste trabalho em razão de ambos possibilitarem ao pesquisador, a realização de uma investigação detalhada sobre as particularidades do objeto de estudo, bem como permitirem um melhor conhecimento das hipóteses a serem confirmadas.

### **5.1. Pesquisa Qualitativa**

Segundo Gonzalez Rey (2005), a pesquisa qualitativa surgiu para romper com o caráter manipulatório positivista e o pensamento operatório, que podem induzir o pesquisador à problemas cognitivos sobre o objeto, a discrepâncias interpretativas, a parcialidade da abordagem, ao comprometimento da perspectiva construtiva-interpretativa, a dúvidas e, conseqüentemente, à descrença nos resultados obtidos.

A investigação qualitativa alicerça o projeto de pesquisa, permitindo aferir as subjetividades a serem trabalhadas junto ao objeto de estudo, mapeando suas complexidades, desdobramentos, elementos, limites, contradições, significados, viabilizando novas construções e articulações capazes de criar novas zonas de sentido. Desta forma, se buscará a emancipação sobre o modelo positivista dominante, dando ao pesquisador a chance de

legitimar novas formas de concepção da pesquisa, coleta de dados e de produção de conhecimentos (GONZALES REY, 2005).

A pesquisa qualitativa representa um processo aberto, submetido aos inúmeros e imprevisíveis desdobramentos, por meio dos quais, o pesquisador construirá com novos conhecimentos ricos em inteligibilidade, novas zonas de sentido e significados, representando um avanço e desafio ao processo de construção, produção e formatação de novas idéias e modelos de desenvolvimento de produção de conhecimento (GONZALES REY, 2005).

Diante desta perspectiva metodológica, utilizou-se neste trabalho a metodologia qualitativa para realização da pesquisa, por representar um processo permanente de implicação intelectual por parte do pesquisador, na qual as perguntas são abertas e orientadas a facilitar a expressão ampla das pessoas estudadas, bem como a buscar diferentes nuances de informação que possibilitem o conhecimento da singularidade do estudado.

As informações obtidas ao longo deste trabalho foram registradas, cuidadosamente analisadas, levando-se em consideração sua consistência, relevância, veracidade, fundamentação e importância.

### **5.1.1. Método de Coleta de Dados**

Os métodos de coleta de dados determinam a forma como os dados serão obtidos ao longo da pesquisa, sendo que neste trabalho utilizou-se a entrevista pessoal e o envio de formulário de entrevista via correio eletrônico, em razão do pesquisador identificar os referidos métodos, como necessários à obtenção de informações sobre o estudado, bem como por permitirem através de seus dados coletados a confirmação ou refutação das hipóteses da pesquisa.

Realizou-se estudo de caso com a INTECOOP UNIFEI por meio de entrevista pessoal com a aplicação de formulário semi-estruturado (a sequência das perguntas pode ser modificada e conter inserções realizadas pelo entrevistador conforme o andamento da entrevista), não disfarçado (o objetivo da pesquisa é explícito ao entrevistado), composto por perguntas abertas (o entrevistado responde livremente o que pensa sobre o assunto), encadeadas (a segunda pergunta depende da resposta da primeira) com o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, Prof. Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, o Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU, Prof. Dr. Paulo Roberto Labegalini, a ex-servidora

técnico-administrativa, Sra. Denise Sório, o ex-assessor de economia solidária, Sr. João Eduardo Tanuri, os assessores de economia solidária, Sr. Luciano Ramos da Silva Fernandes e Sr. Geraldo Pacheco e os presidentes dos grupos em incubação na INTECOOP, Sr. Lucas Jacinto dos Santos da ACIMAR, Sr. Benedito Rodrigues Martins da APRIR e Sra. Maria do Carmo da AAT, bem como envio de formulário de entrevista via correio eletrônico, à ex-assessora de economia solidária, Sra. Célia Maria Martins dos Santos Alves e à ex-servidora técnico-administrativa, Sra. Heloisa Helena Coutinho, conforme formulários de entrevista discriminados no Anexo I deste projeto de pesquisa.

O critério para escolha dos entrevistados acima foi o de julgamento, em razão do pesquisador identificá-los como participantes diretos do processo de desenvolvimento da INTECOOP UNIFEI, bem como por acreditar que eles detenham mais conhecimento sobre as particularidades da Incubadora e/ou de seus empreendimentos incubados.

Adotou-se ao longo deste trabalho investigativo um modelo de avaliação reflexivo-participativo, construtivo-interpretativo, apoiado na coleta de dados, na análise das informações, nos momentos reflexivo-interpretativos das representações e significados das ações, bem como de seu impacto percebido ou presumível, conforme sugere Gonzales Rey (2005).

## **5.2. Universo de Estudo**

O universo de estudo desse projeto de pesquisa trata da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá – INTECOOP UNIFEI, inserida no campi da cidade de Itajubá, que apresenta 25 cursos de graduação e aproximadamente 329 docentes e 4.514 alunos.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1. As Origens e Propósitos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá - INTECOOP UNIFEI**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIFEI (INTECOOP UNIFEI) se estruturou com base com o objetivo de mobilizar grupos populares por meio do trabalho coletivo, do incentivo à autogestão e da construção de tecnologias sociais, como forma de promover a cidadania pelos princípios da economia solidária. Em parceria com a INTECOOP da Universidade Federal de Juiz de Fora, participou de uma encomenda pública em 2006 e foi contemplada em janeiro de 2007 com recursos que foram prioritariamente investidos na contratação de uma secretária e de um assistente social, que receberam capacitação e participaram de diversos encontros nacionais de ITCP's.

Nos três primeiros anos de funcionamento da INTECOOP UNIFEI, o Coordenador da Incubadora foi o professor Paulo Roberto Labegalini, Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) à época, departamento este, que se chama atualmente Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Em 2010, a função de Coordenação da INTECOOP UNIFEI foi transferida para o professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, Diretor de Tecnologias Sociais da PRCEU, hoje Diretoria de Tecnologias Sociais da PROEX. O ano de 2012 marcou, portanto, o aniversário de cinco anos da Incubadora e a edição especial de número 100 do Boletim Expresso Solidário, jornal informativo das atividades da INTECOOP UNIFEI.

A criação da INTECOOP UNIFEI ocorreu conjuntamente com o processo de sua primeira incubação direcionada a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis- ACIMAR. A INTECOOP UNIFEI nesse momento vivenciou um período de maturação e estruturação de sua equipe de trabalho, chegando a incubar no período de 2010 a 2012 5 (cinco) grupos simultaneamente (ACIMAR, AAT, APRIR, Associação NUTRA, Associação Recicla Alegre) momento em que as atividades INTECOOP UNIFEI se desenvolveram de forma dinâmica, resultante da aprovação de programas e projetos no edital PROEXT/MEC 2010 e 2012, que permitiram a formação de uma equipe numerosa.

Os grupos em incubação na INTECOOP UNIFEI em outubro de 2012 atingiam diretamente 75 pessoas beneficiadas pela geração de trabalho e renda, e indiretamente cerca de 400 pessoas, incluindo os familiares dos trabalhadores, garantindo-lhes dignidade e

cidadania. A equipe da incubadora desenvolve estudos internos que são discutidos com os grupos incubados, em encontros regulares de acompanhamento e de formação sobre temas como cidadania, coleta, trabalho coletivo, organização administrativa, entre outros.

Nesse período, foram viabilizadas várias parcerias importantes, como a da Prefeitura Municipal de Itajubá, que aportou recursos financeiros tanto para o pagamento de profissionais de apoio aos grupos populares, como para o financiamento de despesas operacionais dos mesmos. Também destacam-se outras parcerias: como a do Centro Vocacional Tecnológico de Itajubá, na oferta de cursos de capacitação; fundações de apoio; Curso de Psicologia do Centro Universitário de Itajubá (FEPI); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; dentre outros. Devido aos diversos desafios enfrentados, não só na incubação dos grupos populares, mas na consolidação da própria Incubadora, as fontes de financiamento de suas atividades extrapolam a UNIFEI e os recursos do poder público municipal. Assim, desde a sua fundação, a INTECOOP UNIFEI vem captando recursos a partir de fontes externas de financiamento, especialmente por meio de editais de órgãos públicos federais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde e suas respectivas autarquias. Desta forma, tem se trabalhado com a incubação de grupos populares da região e na contribuição para a formatação de políticas públicas relacionadas à Economia Solidária.

A INTECOOP UNIFEI tem a tarefa de promover ações para a mobilização, empoderamento e autonomia de grupos populares no município de Itajubá e região, sob os princípios da Economia Solidária. A incubadora conta com o apoio da UNIFEI, da Prefeitura Municipal de Itajubá (PMI), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão (FAPEPE) e do Curso de Psicologia da FEPI.

A INTECOOP UNIFEI apresenta uma estrutura organizacional que tem como objetivo a criação ou o desenvolvimento de empreendimentos solidários, apoiando-os nas primeiras etapas de suas vidas.

O trabalho da INTECOOP UNIFEI consiste em oferecer apoio e condições propícias ao desenvolvimento e aprimoramento dos empreendimentos incubados, fornecendo um ambiente propício ao desenvolvimento dos grupos, por meio de assessoria administrativa, contábil, financeira e jurídica, formando um ambiente em que esses empreendimentos possam ter maior potencial de crescimento.

A atuação da INTECOOP UNIFEI está interligada a várias dimensões, tais como a dimensão institucional, a qual se refere a aspectos de produção acadêmica, formação e

disseminação de conhecimentos, bem como a dimensão operacional, a qual está voltada a obter resultados através de seu processo de incubação, produzindo, sistematizando, compartilhando e replicando o conhecimento concebido.

A atuação da INTECOOP UNIFEI também está, em parte, relacionada com o desempenho de seus próprios empreendimentos incubados, mesmo sabendo que a sustentabilidade desses empreendimentos não depende apenas da ação da incubadora, mas de uma série de fatores que restringem suas possibilidades de avanço em uma economia capitalista, que se caracteriza por enormes desigualdades de direitos e oportunidades.

Entre os grupos que passaram pelo processo de incubação conduzido pela INTECOOP UNIFEI estão a Associação Nutra Saúde, Associação dos Profissionais Itajubenses da Construção Civil – APICCI, Associação de Eventos, Associação de Produtores Rurais de Itajubá e Região – APRIR, Associação Artes da Terra – AAT e Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR. Sendo os grupos em incubação na INTECOOP UNIFEI no momento da realização da pesquisa em outubro de 2012 a ACIMAR, AAT e APRIR.

## **6.2. Os Atuais Grupos Incubados na INTECOOP UNIFEI**

### **6.2.1. A Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região - APRIR**

A APRIR surgiu da necessidade de se ter uma associação para comercialização de produtos agrícolas oriundos de pequenos produtores (agricultura familiar) destinados à merenda escolar.

A Lei Federal de nº 11.947 estabeleceu a partir de 16 de junho de 2009 que no mínimo 30% da compra da merenda escolar do município fossem adquiridas da agricultura familiar via chamada pública, devendo seus participantes cumprir com algumas especificações técnicas, entre elas, ter a Declaração de Aptidão de Produtor – DAP emitido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, bem com realizar atividades de compra e venda de hortifrutigranjeiros que não ultrapassem R\$ 20.000,00 anuais por produtor, para que dessa forma se evite a ação de atravessadores.

A APRIR foi fundada no início de 2010 e participou de sua primeira chamada pública em 2011 com a primeira venda de hortifrutigranjeiros. A INTECOOP UNIFEI iniciou a incubação da APRIR a partir de 8 de dezembro de 2010 dando inicialmente apoio contábil à APRIR via convênio como a PMI e posteriormente também assessorado a Associação na elaboração das planilhas de propostas de vendas, prospecção de projetos e programas de fomento a agricultura familiar, especificamente direcionado a APRIR.

A APRIR no início de suas atividades contava com 20 integrantes e atualmente apresenta 40, tendo o enfoque na comercialização coletiva, não impedindo que seus associados realizem paralelamente a comercialização individual de seus hortifrutigranjeiros.

O objetivo principal da APRIR é fortalecer a organização dos pequenos produtores rurais desta região, a fim de viabilizar compras conjuntas e vendas coletivas, inclusive por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A associação fornece verduras, legumes, e frutas para merenda escolar de escolas municipais e estaduais, sediadas em Itajubá, atendendo ao PNAE, que obriga as escolas a adquirirem pelo menos 30% dos alimentos da merenda escolar de produtores da agricultura familiar.

A APRIR conta com parcerias imprescindíveis a seu funcionamento e sua expertise, como a parceria com a EMATER e PMI, entidades que têm fortalecido as atividades da Associação e a assistência prestada pela INTECOOP UNIFEI via incubação.

A EMATER e a INTECOOP UNIFEI tem dado apoio técnico e administrativo a APRIR, já a Prefeitura Municipal de Itajubá tem disponibilizado à APRIR um box/sala na Central de Abastecimento de Itajubá – CEASA para guarda e comercialização de produtos da agricultura familiar, bem como o espaço físico da casa do produtor rural do município, para a realização de cursos, treinamentos e reuniões mensais dos associados com a equipe da INTECOOP UNIFEI e EMATER, Com isso, espera-se uma ampliação dos produtos oferecidos, assim como o atendimento às escolas de Itajubá e região.

No período de 2010 a final de 2012, a venda dos produtos dos agricultores familiares era destinada apenas à escolas estaduais com dotação orçamentária inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais.

Na primeira chamada pública semestral do ano de 2013 a APRIR comercializou em torno de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) e na segunda chamada semestral do respectivo ano vendeu R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

A APRIR tem propiciado aos seus associados a realização de vendas compartilhadas, bem como tem apresentado ao grupo uma planilha de previsão de recursos financeiros

futuros, o que tem viabilizado compras conjuntas de insumos a preços mais acessíveis, possibilitando economia a seus associados.

Segundo o atual Presidente da APRIR a atividade deste empreendimento solidário tem gerado emprego e renda e quanto maior o número de associados maior será a quantidade de venda, existindo projetos futuros relacionados a comercialização de leite e queijo pela Associação.

Constata-se que a aprendizagem do trabalho conjunto da APRIR é primordial à atividade da Associação e que o associativismo adotado por este empreendimento tem sido educativo, propiciando a aproximação mútua dos associados, bem como a aproximação com outros grupos de agricultores familiares, promovendo o crescimento econômico do grupo através da realização de trocas de experiências.

Acredita-se que a APRIR através do aperfeiçoamento de seu regimento interno, consiga obter a incorporação de novos membros e o incremento da venda de produtos hortifrutigranjeiros para outras escolas da região, para empresas e também para outras instituições, como resultado do aumento do potencial de oferta de hortifrutigranjeiros.

### **6.2.2. A Associação Artes da Terra - AAT**

A AAT foi criada em 2001 e desde então começou a funcionar na Praça Carneiro Júnior da cidade de Itajubá, apresentando até setembro de 2013 o número de 23 integrantes.

O processo de incubação da AAT iniciou-se no ano de 2011, como resultado da consulta realizada pela equipe da INTECOOP UNIFEI a Presidente e associados da AAT, sobre o interesse da respectiva Associação ser incubada.

Desde então, a AAT tem apresentado e comercializado seus trabalhos em outros municípios. A partir dessa parceria, o grupo vem expondo seus trabalhos em vários municípios, como por exemplo, Alfenas, Poços de Caldas, Santa Rita do Sapucaí e Maria da Fé.

A associação busca reforçar o apoio recebido da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para expandir seu índice de participação no mercado de artesanato local e regional.

A AAT tem como parceira a Prefeitura Municipal de Itajubá, apresenta estatuto e regimento interno, estando em um momento inicial de incubação, tem uma organização política única, porém seu arranjo financeiro é prioritariamente individual, sendo que a

INTECOOP UNIFEI não tem acesso aos dados financeiros do empreendimento e isso compromete a elaboração de indicadores financeiros precisos.

Segundo a atual Presidente da AAT, a Associação tem gerado trabalho e um complemento da renda de seus associados, mas ainda não é capaz de possibilitar a independência econômica de seu associado, muitos associados adotam o trabalho associativo da AAT como uma atividade de lazer e ocupação do tempo livre. Os associados pagam mensalidade de R\$30,00 (trinta reais) para custear a montagem das barracas e ter direito a comercialização de materiais de artesanato em geral e gêneros alimentícios.

A INTECOOP UNIFEI tem assessorado a AAT quanto ao planejamento estratégico de ações voltadas a divulgação do trabalho dos artesãos, a ampliação de novos mercados, a ampliação do número de participação em feiras de artesanato locais e regionais, bem como divulgado à AAT cursos gratuitos de artesanato promovidos por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Segundo a atual Presidente da AAT, com o assessoramento realizado pela INTECOOP UNIFEI, a Associação passou a realizar o planejamento de divulgação de suas feiras, superou as dificuldades relacionadas a baixa clientela através do prospecção de oportunidades de mostras de materiais em outras localidades de Itajubá e Região, bem com conseguiu captar eventos paralelos às feiras que resultaram na ampliação sazonal das vendas dos associados.

A AAT tem viajado à cidades vizinhas e divulgado o artesanato local, obtendo resultado positivos, como aumento das vendas (tangível) e a integração com artesãos de fora (intangível).

Ainda segundo a Presidente da AAT, as reuniões da INTECOOP UNIFEI com a Associação tem sido mensais e todos associados têm liberdade para expressar sua opinião. Quando realizadas a noite, as reuniões ocorrem em uma sala na Escola Municipal Carneiro Júnior e quando no período da tarde em uma sala do museu municipal. As feiras da AAT tem sido a principal forma de divulgação do artesanato local e momento de trocas de experiências entre os artesãos e ao longo de todo período de incubação nunca foi destinado pela INTECOOP UNIFEI recursos financeiros e materiais destinados as atividades da AAT.

A AAT apresenta como objetivo aumentar o número de seus associados, porém não dispõem de novas barracas. Segundo a Presidente, existe um grande número de artesãos interessados em fazer parte da AAT, porém não apresentam o capital necessário destinado à compra de barracas, de custo unitário aproximado de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta) reais.

A AAT avalia o apoio recebido da INTECOOP UNIFEI como sendo bom, existindo segundo a diretoria da Associação condições desse apoio ser aprimorado.

Indica-se que a Associação Artes da Terra busque o apoio de parcerias públicas e privadas que subsidiem o transporte para participação do grupo em feiras e eventos, bem como assessorem a AAT em suas compras de insumos objetivando a redução de custos de produção do artesanato, tanto via poder público municipal, como por meio da captação de recursos junto a instituições diversas. Recomenda-se que a AAT elabore em conjunto com a INTECOOP um projeto que vise a criação de um espaço físico permanente do artesanato produzido e o fortalecimento das atividades coletivas da associação.

### **6.2.3. A Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis - ACIMAR**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto de 2010 e regulamentada em dezembro do mesmo ano, além de sua relevância geral, representa um passo marcante na afirmação do papel dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. Sem entrar na análise da lei e de seus pontos polêmicos ou questionáveis, vale destacar ao menos dois aspectos gerais: a fixação do prazo de quatro anos para fechamento dos lixões, depósitos a céu aberto presentes em 50,8% dos municípios brasileiros, e o fato de que há onze menções, em um texto relativamente enxuto, à incorporação dos empreendimentos de catadores na gestão dos resíduos (MTE, 2012).

O princípio básico da PNRS é a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, segundo a lógica da não geração, redução, reutilização e reciclagem, ao que se alia a diretriz de redução ao mínimo dos rejeitos, lixo propriamente dito, para disposição final em aterros sanitários.

A institucionalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos constitui um fato significativo que remete a uma trajetória intensa de avanços e conquistas ao longo dos últimos dez anos, a despeito dos obstáculos que ainda predominam e dos desafios que se apresentam no horizonte desta década.

Um aspecto marcante é a constituição da identidade social e profissional dos catadores de materiais recicláveis da ACIMAR. Esse segmento populacional extremamente diferenciado, das megacidades aos pequenos municípios brasileiros: catadores em lixões e

aterros controlados, catadores de rua, catadores envolvidos apenas na coleta, na triagem em galpões (também estes extremamente diferenciados) ou em ambos, entre outros. A organização dos catadores de matérias recicláveis como categoria e sua inserção em empreendimentos coletivos tem crescido de maneira evidente na última década. Segundo o cadastro realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR em agosto de 2010, o Brasil apresentava o número estimado de 800 mil catadores, a maioria sendo constituída por trabalhadores avulsos, dos quais cerca de 40 mil catadores estão vinculados a associações e cooperativas.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego a constituição do MNCR em 2001, resultado de acúmulos verificados nos anos 90, contribuiu fortemente para impulsionar um conjunto de avanços na legislação e nas iniciativas de apoio aos catadores, no que se inclui a própria ação das incubadoras universitárias, bem como para a afirmação da sua identidade e o reconhecimento da sua importância ambiental e econômica.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, aproximadamente 16% dos empreendimentos solidários brasileiros em incubação atuam no segmento de coleta de materiais recicláveis (MTE, 2012).

A ACIMAR é uma associação criada em 2007, com o apoio da INTECOOP UNIFEI e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itajubá, a partir da união de catadores de materiais recicláveis do antigo lixão de Itajubá. Esses catadores ficavam expostos a condições sub-humanas, o que foi um dos principais motivos que levou à criação da associação. Com o decorrer do tempo, os catadores que trabalhavam pelas ruas da cidade também foram aderindo à associação.

A ACIMAR segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI é uma associação em processo de consolidação, que apresenta vários aspectos a serem aprimorados, entre eles, a reestruturação administrativa da associação, a ampliação das rotas dos caminhões de coleta seletiva, a aquisição de novos veículos e equipamentos necessários ao processo de coleta, transporte, triagem, pesagem, prensagem, carregamento e armazenamento do material reciclado. A reciclagem, em sua acepção ampla, abrange um conjunto complexo e de operações integradas, sendo extensa e diversificada a gama de agentes envolvidos nos diversos elos dessa cadeia: poder público, estabelecimentos de todos os portes e setores, cidadãos, catadores, intermediários de diferentes matizes, empresas de reprocessamento e transformação.

O objetivo da ACIMAR segundo seu presidente é garantir a seus associados uma renda equivalente a pelo menos um salário mínimo, por meio de parcerias com empresas,

condomínios, associações de bairros e instituições educacionais. A associação participou do projeto “ACIMAR Cidadã”, que consistiu em uma série de oficinas de capacitação profissional, que possuíam temas como saúde e segurança no trabalho; meio ambiente e sustentabilidade; direitos humanos, sociais e trabalhistas; relações humanas e interpessoais; comunicação; noções de trânsito; orientações sobre o marco legal estadual e nacional de Resíduos Sólidos; associativismo e cooperativismo; economia solidária e o trabalho do catador; tecnologia social da reciclagem; logística da coleta seletiva, gestão e logística de um empreendimento produtivo.

Também foram realizadas atividades culturais, como o “Canta ACIMAR”, que consistia na criação de um coral da associação, composto pelos próprios catadores, bem como por seus familiares.

A ACIMAR no segundo semestre do ano de 2013 contava com 42 integrantes. Quando considerados seus familiares, estima-se que sejam beneficiadas cerca de 200 pessoas, além de benefícios indiretos a população em geral, como melhoras no meio ambiente, saúde e educação.

A ACIMAR no segundo semestre do ano de 2013 utilizava uma área de 1.400 metros quadrados, onde eram realizados a triagem, prensagem e armazenamento do material coletado, sendo que o aluguel dessa área era de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itajubá, tendo ainda uma cozinha onde são realizadas as refeições dos associados. Conjuntamente com a INTECOOP UNIFEI, os associados da ACIMAR vêm desenvolvendo ações para a melhoria da cozinha e demais instalações da associação. No segundo semestre do ano de 2013 a ACIMAR contava com duas prensas, uma empilhadeira e uma balança, além da instalação futura de duas esteiras de triagem de materiais recicláveis. Além disso, foram obtidas novas camisetas para os associados e uniforme social para os integrantes do Coral ACIMAR. Há também um espaço onde funciona o escritório da associação, uma sala onde são realizados os ensaios do coral e também onde são alfabetizados alguns membros da associação. Com o apoio de parcerias institucionais, a ACIMAR tem desenvolvido o projeto “Novas Rotas”, que busca dar mais autonomia e sustentabilidade ao Empreendimento Solidário, contando com o apoio da INTECOOP/UNIFEI, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Prefeitura Municipal de Itajubá (PMI).

A ACIMAR tem em seu rol de principais objetivos, o de realizar a coleta seletiva em todo o município da cidade de Itajubá/MG. Para que isso se torne realidade, a associação precisa entre outras coisas, viabilizar novas parcerias que garantam o pagamento de motorista,

combustível, taxas diversas e manutenção do veículo adquirido por meio de edital da FUNASA/MS.

Segundo o presidente da ACIMAR a renda dos associados tem melhorado dia-a-dia e para que a sustentabilidade do Empreendimento Solidário se torne uma realidade, é necessário que a ACIMAR amplie seu número de parcerias, para que possam, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de seus associados. Dessa forma, é fundamental a atuação conjunta da ACIMAR e outras entidades públicas locais, no sentido de incentivar mudanças de hábitos e comportamentos na sociedade local, em favor da reciclagem, do serviço de coleta seletiva e do catador de materiais recicláveis.

Segundo o presidente da ACIMAR antes do início da incubação do grupo pela INTECOOP UNIFEI no ano de 2007, a afirmação identitária, social, profissional e política dos catadores de materiais recicláveis eram omitidas e ignoradas pela sociedade e poder público local. A partir do início da incubação da ACIMAR em 2007, a referida afirmação identitária, social, profissional e política dos catadores vêm sendo resgatada e consolidada, por meio da oferta de condições básicas propícias a vida, conseguidas através da capacitação e formação dos associados do Empreendimento Solidário, da geração do trabalho e renda, da realização de atividades sociais de integração com a sociedade local, do despertar de um sentimento de pertencimento a sociedade, da melhora da autoestima dos catadores de materiais recicláveis, do aumento da qualidade de vida e de perspectivas de autonomia profissional.

Os catadores da ACIMAR apresentam certa heterogeneidade, resultante da extrema precariedade de condições de vida e trabalho, exclusão social, estigma da indigência, ambientes de violência (sobretudo em torno dos lixões), alcoolismo, fragilidade dos vínculos sociais e a exploração econômica a que eram submetidos antes do processo de incubação. Essas características mesclam realidades e preconceitos, cuja superação requer um esforço árduo, gradativo e prolongado por parte da equipe da INTECOOP UNIFEI e dos próprios catadores da ACIMAR.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil a atuação concentrada dos catadores encontra-se, sobretudo, na coleta (catadores avulsos ou, em menor proporção, organizados) e na triagem e classificação (basicamente como trabalhadores associados em empreendimentos coletivos).

Nessa trajetória de superação, vale destacar alguns marcos institucionais, inseparáveis da atuação direta dos catadores e da inserção crescente da temática ambiental na agenda pública brasileira.

Em 2002, o Ministério do Trabalho reconheceu a profissão de catador de material reciclável e a enquadrado como categoria profissional oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)/Portaria Ministerial 397, fato identificado amplamente como a primeira conquista do MNCR (MTE, 2012).

Em 2006, o Governo Federal determinou que os resíduos sólidos recicláveis produzidos por órgão federais fossem separados na fonte, orientando sua destinação para associações e cooperativas de catadores (Decreto 5940/06) (MTE, 2012).

Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11445/07), que inclui a dispensa de licitação na contratação de associações e cooperativas de catadores para a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis (MTE, 2012).

E, finalmente, como resultante de intenso debate ao longo dos anos anteriores, também com forte participação dos catadores, foi sancionada e regulamentada em 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)/Lei 12.305/1010) (MTE, 2012).

A ação da INTECOOP UNIFEI junto a ACIMAR é inseparável dos elementos contextuais aqui assinalados. Essa ação é parte integrante de um conjunto de conhecimentos e práticas que têm como pano de fundo o desafio da afirmação de um contingente populacional marcado por vulnerabilidades. Porém, com uma importância que vem obtendo reconhecimento crescente, não apenas sob uma perspectiva de inclusão social, mas também pela percepção dos benefícios gerados por sua atuação. Amplia-se, pouco a pouco, o entendimento de que os catadores da ACIMAR são agentes ambientais e comprova-se, cada vez mais, o peso proporcional de seu trabalho em todo o ciclo da reciclagem.

A ACIMAR completou 7 anos de existência em 2014, tendo surgido logo após a criação da INTECOOP UNIFEI no ano de 2007, em um período de publicação da normatização federal, que discorria sobre a proibição de acesso aos lixões pelos catadores de materiais recicláveis, visando garantir a recondução deste público a condições dignas de sobrevivência através da criação de empreendimentos solidários.

Logo após o fechamento do lixão da cidade de Itajubá no ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Itajubá, através de sua secretaria de meio ambiente procurou a INTECOOP UNIFEI para elaborarem um projeto de assessoria técnica-administrativa aos catadores de material reciclável, auxiliando-os na constituição da ACIMAR.

A ação da INTECOOP UNIFEI junto à ACIMAR, considerando suas especificidades socioculturais e educacionais, envolveu um elenco diversificado de práticas, entre eles, ciclos de formação em economia solidária e temas identificados ou demandados pelos

empreendimentos; assessoria continuada na gestão administrativa e contábil; apoio em questões jurídicas; estudos compartilhados de viabilidade econômica; prospecção de oportunidades de mercado; suporte no planejamento participativo das ações; e estímulo às práticas de autogestão. E, por último, mas não menos importante: o apoio à elaboração de projetos de financiamento e ações de articulação para a captação de recursos, bem como parcerias com os respectivos governos municipais, quando estes confluem na valorização dos catadores como parte relevante da política pública de gestão dos resíduos.

A ACIMAR começou com 19 pessoas no ano de 2007 e até o segundo semestre de 2013 apresentava 42 associados, desenvolvendo a coleta e apropriação do material da associação de forma coletiva, depois de uma longa data de realização de coleta com apropriação individual.

A ACIMAR realiza a coleta, triagem, classificação, prensagem e enfardamento dos materiais recicláveis oriundos das residências, empresas e escolas, apresentando a necessidade de novos parceiros doadores de material, associados, equipamentos para separação e processamento do lixo (prensas, empilhadeiras, materiais de proteção a acidente no trabalho, entre outros).

Segundo o Presidente da ACIMAR nenhum associado do empreendimento tem carteira assinada, em razão dos vínculos empregatícios gerarem encargos sociais que tornariam inviável a atividade do empreendimento. A ACIMAR emite suas notas fiscais de venda de material e deposita o dinheiro na conta bancária da associação, para posterior repasse via pagamento em cheque a seus associados.

A ACIMAR se reúne semanalmente com seus associados, contando com a presença dos representantes da INTECOOP UNIFEI, momento este, em que a associação realiza sua tomada de decisões.

A rotatividade na ACIMAR tem sido um fato real, sendo necessário um trabalho sistemático e prolongado até que se alcance um estágio maior de estabilização do grupo. A INTECOOP UNIFEI nessa questão tem envolvido a escuta e o apontamento das necessidades dos integrantes do grupo numa dinâmica continuada de acompanhamento e interlocução, que se traduz em encontros semanais com integrantes da ACIMAR.

A ACIMAR tem dois caminhões de propriedade da própria associação, conseguidos via editais de fomento, conta com a locação de um galpão para o processamento e guarda do material reciclado coletado e serviço contábil custeados pela Prefeitura Municipal de Itajubá, entidade essa que também subsidia os gastos decorrentes da contratação dos motoristas dos caminhões, manutenção e abastecimento dos mesmos.

Foi identificada a falta de conscientização da comunidade local sobre a importância de reciclar e facilitar a ação dos catadores da ACIMAR. A maioria das pessoas ainda não tem o costume e prática de reciclar. Falta uma política de conscientização mais consistente por parte do poder público municipal, no sentido de promover e incentivar a reciclagem, bem como valorizar o trabalho dos catadores de material reciclado.

A coleta de material reciclado residencial é identificada pelo Presidente da ACIMAR e seus integrantes como sendo menos rentável do que as doações de materiais recicláveis recebidos dos parceiros empresariais.

A ACIMAR conta com Estatuto e Regimento Interno e todos associados têm liberdade nas reuniões para se manifestar de forma participativa e democrática.

A ACIMAR tem propiciado a melhoria da qualidade de vida de seus associados, porém o rendimento já oscilou de R\$300,00 a R\$1.000,00 mensais, por associado. As maiores médias salariais alcançadas pelos associados da ACIMAR ao longo do funcionamento do Empreendimento resultaram de doações de materiais recicláveis de grandes empresas parceiras de Itajubá.

A trajetória anterior dos catadores da ACIMAR a despeito dos avanços no empreendimento traz marcas de fragmentação, individualismo e vivências de competição, em um contexto de luta pela sobrevivência e exclusão social.

Segundo relato dos associados a vida do catador melhorou depois da criação da associação. Na época do lixão muitas pessoas viviam na rua, alguns usavam drogas, sic “no lixão as pessoas viviam como bicho e não como gente, e não é isso que a gente quer para a nossa vida. A gente quer aprender, a gente quer crescer” relatou o senhor Lucas Jacinto dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR durante entrevista concedida ao pesquisador.

O grupo da ACIMAR tem interagido com outros grupos de catadores via fóruns e encontros de economia solidária. A articulação em fóruns e redes no território e entre territórios propicia ambientes de interação com outros catadores, a comunidade e os agentes governamentais e institucionais e é um traço bastante presente na ação das incubadoras nesse segmento. E sua importância face à trajetória das pessoas envolvidas nos empreendimentos é por si só evidente.

A INTECOOP UNIFEI segundo os associados já desenvolveu atividades sociais e de entretenimento com a ACIMAR como jogos de futebol, artesanato, teatro, coral, feiras, palestras, eventos esses que muito comoveram e surpreenderam os integrantes da ACIMAR. sic “Não queremos crescer apenas economicamente, mas culturalmente, como cidadão”

relatou o senhor Lucas Jacinto dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR durante entrevista concedida ao pesquisador.

O objetivo maior da associação tem sido negociar os materiais coletados sem a presença dos atravessadores. Uma das estratégias possíveis seria a tentativa de reduzir a intermediação nociva que ocorre no processo de comercialização, focando na própria organização e sustentabilidade dos empreendimentos via construção de redes ou cadeias produtivas solidárias, as quais passariam a aumentar sua escala e qualidade, adquirindo poder de barganha em mercados capitalistas convencionais.

Identifica-se que os resultados obtidos pela INTECOOP UNIFEI e a ACIMAR nesse processo de construção de conhecimento coletivo tem saldo positivo; porém é importante atentar para os problemas relacionados a precarização e super-exploração do trabalho do catador pela sociedade e poder público, não esquecendo que os catadores continuam dependendo de sua restrita renda para sua subsistência familiar. Daí ser imprescindível e urgente apontar alternativas que valorizem e sejam condizentes com a importância da atividade desempenhada por esta categoria.

É sinceramente positiva a visão da ACIMAR em relação a INTECOOP UNIFEI. Isso foi expresso de forma clara nos encontros em campo e nas respostas ao questionário aplicado. A INTECOOP UNIFEI é vista como parceira imprescindível. Por outro lado, tal percepção alimenta expectativas e gera pressões de demanda para a continuidade e ampliação da ação da incubadora, incluindo formação básica, gerencial e técnica, assessoria continuada, apoio a estratégias de comercialização, suporte à captação de recursos e parceria na interlocução com atores políticos e instituições de fomento, entre outras dimensões.

Priorizar o aprimoramento do controle administrativo do grupo, a construção de atuação associada com a Rede Sul-Mineira de Catadores de Materiais Recicláveis e a viabilização operacional do emprego dos caminhões adquiridos via editais, permitirão a maior autonomia do grupo.

A intensificação da INTECOOP UNIFEI na abordagem de construção de cadeias produtivas da reciclagem e não apenas no empreendimento tomado isoladamente, poderá fortalecer as redes de materiais recicláveis em bases territoriais e estimulará ambientes de interlocução com os governos municipais locais.

O estímulo da INTECOOP UNIFEI ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão das organizações de catadores nos sistemas oficiais de coleta seletiva local e das imediações da cidade de Itajubá poderá propiciar à ACIMAR melhores condições e possibilidades de alcançar a sustentabilidade do grupo.

A remuneração por serviços ambientais de coleta de recicláveis é também fator de viabilidade econômica dos empreendimentos, a INTECOOP UNIFEI pode ser um articulador nessa direção, já que vem sendo reiteradamente comprovado que, nos orçamentos municipais, esse deslocamento do material reciclável traz uma significativa redução dos custos do órgão público municipal, comparativamente à destinação de resíduos potencialmente recicláveis para aterros sanitários, além dos benefícios socioambientais reconhecidos pela sociedade.

A INTECOOP UNIFEI poderia ampliar a comunicação externa e articulação da ACIMAR com a Prefeitura Municipal de Itajubá, com o desencadeamento ou intensificação de ações de sensibilização e mobilização dos geradores locais do lixo, entre eles, as grandes empresas, os domicílios, passando pelos condomínios, estabelecimentos comerciais, associações de bairros, escolas etc. Esta ação incluiria o incentivo e promoção da educação ambiental na rede de ensino do município, algo que poderia ser vigorosamente mais efetivo e consistente via parceria com o poder público municipal. A INTECOOP UNIFEI poderia criar ações específicas de comunicação que visassem conscientizar os diversos atores geradores do lixo, principalmente aqueles que atuam no primeiro elo da cadeia da reciclagem, em especial os domicílios, locais atualmente identificados como sendo maior fonte de descarte do material reciclável. Com a referida ação poderia ser alcançada uma adesão significativa da sociedade local à idéia da consciência ambiental, a qual permitiria gradativamente a alteração do comportamento desse público, em relação a necessidade da reciclagem, a relevância do trabalho do catador, bem como da preservação ambiental.

Segundo o atual dirigente da ACIMAR, o empreendimento apesar de estar próximo do período de término de incubação, ainda não está em condições de ser desincubado, em razão da necessidade de novas adequações técnicas, logística, funcionais e administrativa do grupo.

Sugere-se que a INTECOOP UNIFEI haja menos no sentido da desincubação da ACIMAR e mais em um nível de incubação progressivo diferenciado, continuado e ascendente, como estágio acima, correspondente a um espaço que pode ser compartilhado entre redes e arranjos territoriais locais compostos de cidades vizinhas, propiciando o surgimento de uma cadeia produtiva no setor de coleta e reciclagem locais.

### **6.3. A Atuação da INTECOOP UNIFEI junto aos seus Grupos Incubados**

Em relação a atuação da INTECOOP UNIFEI junto a seus empreendimentos incubados, no que se refere a sua abrangência, ao nível de formalização dos grupos e às

estratégias de apoio de acesso ao mercado, a incubadora tem desenvolvido atividades em segmentos tradicionais como a produção agropecuária (APRIR), a produção de artefatos artesanais (AAT) e serviço de coleta e reciclagem de materiais (ACIMAR), que correspondem a 20%, 18,7% e 16% respectivamente das atividades desempenhadas pelas ITCPs brasileiras, conforme publicação do Ministério do Trabalho em sua *home page* no ano de 2011.

Os atuais grupos incubados na INTECOOP UNIFEI estão todos formalizados como associação e permanecem em pleno funcionamento, produzindo e, conseqüentemente gerando trabalho e renda.

Constata-se ainda que, a maior contribuição da INTECOOP UNIFEI aos empreendimentos incubados tem sido a construção da emancipação desses grupos populares na cidade de Itajubá e micro-região, assim como a promoção do desenvolvimento social local e regional através da apresentação de soluções para as demandas da sociedade.

Percebe-se através do relato dos presidentes dos grupos em incubação na INTECOOP UNIFEI, que a maioria dos integrantes dos empreendimentos incubados está satisfeito e muito orgulhoso em participar do processo de incubação e transformação social propiciado pela incubadora. Todos os dirigentes dos grupos em incubação entrevistados, afirmaram que o trabalho realizado pela INTECOOP UNIFEI tem sido muito positivo, bem como um aliado ao cumprimento dos objetivos dos empreendimentos.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, a incubadora desenvolve sua atividade extensionista na linha de geração de trabalho e renda, tendo como complemento a atividade na área educacional, prospecta grupos potenciais que apresentem características básicas necessárias a incubação.

A INTECOOP UNIFEI tem gerado trabalho e renda segundo o Coordenador e integrantes da INTECOOP UNIFEI, o Ex-Pró-Reitor de Cultura e Extensão, os ex-servidores e assessores de economia solidária da INTECOOP UNIFEI, e dirigentes dos atuais empreendimentos incubados, ACIMAR, APRIR e AAT.

A respeito dessa afirmação unânime emitida por todos os entrevistados e evidenciada pelo pesquisador em campo, deduz-se que a INTECOOP UNIFEI tem gerado trabalho em todos seus grupos incubados e renda diferenciada, de acordo com a atividade desempenhada e perfil econômico de cada grupo.

Um dos desafios da INTECOOP UNIFEI na perspectiva de seu dirigente a época da pesquisa está no desenvolvimento de novas estratégias que auxiliem os grupos a promover e comercializar seus produtos e serviços de uma forma diferenciada e eficaz nas feiras junto à comunidade local. Diante desses desafios da comercialização de bens e serviços oriundos da

Economia Solidária, percebe-se que a INTECOOP tem direcionado esforços nessa questão cada vez mais crucial no processo de incubação, por meio da promoção de feiras regulares e eventuais de economia solidária em Itajubá e região. A principal estratégia utilizada pela INTECOOP UNIFEI tem sido o incentivo à organização, formação e melhoria da qualidade dos produtos de seus grupos incubados, aspectos ainda muito relacionados ao processo produtivo, e que não têm sido suficientes para romper as barreiras do mercado tradicional. Mesmo reconhecendo todo o esforço e trabalho realizado pela INTECOOP UNIFEI para aumentar a comercialização de produtos e serviços de seus grupos incubados, alguns entrevistados identificam o número de participações em feiras de Economia Solidária em cidades vizinhas reduzida. As feiras de ES locais e regionais no entendimento de alguns entrevistados são mais importantes no aspecto da divulgação dos produtos e troca de experiências com empreendimentos dessas outras localidades, do que a comercialização em si, em razão da sazonalidade e do número reduzido dessas feiras locais e regionais ao longo do ano.

A INTECOOP UNIFEI tem desenvolvido estratégias de apoio para o acesso a crédito e serviços financeiros, sendo estes, alcançados por meio de projetos e programas de obtenção de recursos não reembolsáveis ofertados por entidades públicas, em razão de tais procedimentos não provocarem o endividamento e comprometimento contábil de seus empreendimentos.

Segundo a maioria dos entrevistados quanto maior o número de prospecção e captação de recursos financeiros externos à UNIFEI, bem como parcerias institucionais realizadas pela incubadora, possivelmente, em decorrência de patrocínios, doações, subsídios e apoio técnico recebidos, melhor será a realização, continuidade e expansão das ações da incubadora.

Acredita-se que aprimorar a divulgação das ações da incubadora junto a comunidade acadêmica, sob a forma de produção científica, por exemplo, assim como o permanente aprimoramento dos meios de comunicação com a sociedade, permitam a INTECOOP UNIFEI a tornar-se um ator cada vez mais presente e importante para o desenvolvimento regional dos municípios onde atua.

Segundo todos os entrevistados a capacitação permanente da equipe de trabalho da INTECOOP UNIFEI é necessária, tendo em vista as demandas específicas de cada grupo incubado, assim como o aprimoramento contínuo dos processos de gestão da incubadora.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI no ano de 2013 deu-se início na incubadora a implantação de um programa de apoio aos catadores de Itajubá e da micro-região, que tem como cidades limítrofes os municípios de Piranguinho, Piranguçu, Wenceslau

Braz, Delfim Moreira e São José do Alegre, pertencentes ao consórcio de aterro sanitário, assim como um programa destinado aos agricultores familiares.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, o ano de 2013 representou um momento de sobrevivência e não de crescimento da incubadora, pois o número de integrantes da equipe de trabalho da incubadora foi reduzido.

Segundo relato dos integrantes da INTECOOP UNIFEI ninguém sabe sobre o futuro do quadro de pessoal da incubadora, bem como do próprio futuro da INTECOOP UNIFEI, sendo o respectivo tema uma incógnita para todos. Sic “ainda não sabemos se será destinado algum servidor técnico-administrativo para nos auxiliar, se os contratos com os assessores de economia solidária serão renovados no mês de dezembro deste ano de 2013, pois estes contratos se findaram em agosto”.

Constatou-se junto à equipe de trabalho da incubadora e seus grupos incubados um cenário de incertezas sobre o destino da INTECOOP UNIFEI, em razão da dúvida de renovação da parceria com a Prefeitura Municipal de Itajubá e a possibilidade da saída da incubadora do campi da UNIFEI e/ou sua extinção. Foi perceptível ao longo da pesquisa de campo realizada com os empreendimentos incubados e com a equipe de trabalho da incubadora, o sentimento de surpresa e inquietação em relação ao futuro da INTECOOP UNIFEI.

Ao longo da realização da pesquisa de campo constatou-se junto à maioria dos entrevistados a necessidade de trazer para dentro da comunidade acadêmica, em seu corpo docente e discente envolvidos no ensino, pesquisa e extensão, a discussão e debate sobre a vocação da instituição para extensão social, bem como a possibilidade de institucionalização da INTECOOP UNIFEI e maior interação do ensino e pesquisa com a incubadora.

Segundo o relato de alguns entrevistados a INTECOOP UNIFEI necessita promover ações mais incisivas que fortaleçam algumas dimensões da incubadora, como a institucionalização da incubadora, a comunicação tanto para a comunidade acadêmica, como para os parceiros e grupos incubados, a produção científica, a captação de recursos financeiros, a capacitação de recursos humanos, o incremento de parcerias institucionais e ampliação de suas atuações em Economia Solidária, ações estas, com objetivo de maximizar os resultados dos grupos em incubação, ampliar a experiência extensionista da equipe de trabalho da incubadora, promover a interação da comunidade acadêmica com a sociedade local, bem como fomentar o desenvolvimento social local e regional.

Segundo a maioria dos entrevistados a institucionalização da incubadora na UNIFEI é fundamental para que se garanta a permanência das ações que vinham sendo realizadas ao

longo de seus sete anos de existência, ampliando através dessa institucionalização a emancipação e autonomia da equipe de incubação e dos grupos populares incubados.

Ao final de 2013 a INTECOOP UNIFEI dava vários indícios de fragilidade, entre eles, redução do quadro de pessoal da Incubadora, caracterizado pelo desligamento dos assessores de economia solidária, em razão da não renovação do contrato de colaboração da Prefeitura Municipal de Itajubá, a realocação do funcionário técnico-administrativo para outro departamento da UNIFEI, ausência de recursos financeiros oriundos de projetos e programas, e indefinições da Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI em relação ao destino da INTECOOP UNIFEI.

#### **6.4. O Relacionamento Institucional da INTECOOP – UNIFEI com a Universidade e seus Parceiros.**

O relacionamento institucional de uma ITCP é constituído da dimensão político-social da Incubadora e se refere a sua capacidade de interagir com a Universidade, com a sociedade local, com seus parceiros, bem como com as políticas públicas relacionadas e complementares à Economia solidária.

A INTECOOP UNIFEI foi concebida subordinada a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade – PRCEU , atualmente Pró- Reitoria de Extensão - PROEX, como na maioria das demais ITCPs no Brasil, porém apesar da incubadora estar inserida em instância administrativa hierarquicamente superior, este status não lhe garante maior autonomia e perenidade.

Segundo a ex-assessora de economia solidária e ex-assessoras técnicas-administrativas entrevistadas, em 2007 a INTECOOP UNIFEI se estruturava para iniciar seus trabalhos de incubação, onde recebeu todo apoio necessário a sua estruturação administrativa-funcional da Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI.

Segundo o relato de todos os entrevistados pertencentes a equipe de trabalho da INTECOOP UNIFEI (atual e passada), a Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI tem papel preponderante na dinamização e consolidação das atividades da INTECOOP UNIFEI. Ainda segundo as opiniões de uma ex-assessora técnica-administrativa, e um Assessor de Economia Solidária, a Universidade poderia conceber maior abertura de espaços de debates e discussões sobre a importância da Economia Solidária dentro da Universidade, seus departamentos de

ensino e pesquisa, apresentando a relevância do trabalho desenvolvido pelas Incubadoras, em especial a INTECOOP UNIFEI. Desta forma, segundo alguns entrevistados, seria possível maximizar a divulgação do trabalho da Incubadora, bem como sensibilizar e obter uma maior participação acadêmica e docente voluntária.

A dimensão interna da sustentabilidade da INTECOOP UNIFEI em relação ao apoio de recursos humanos, materiais e financeiros recebidos da UNIFEI é muito importante, pois sem este apoio logístico à INTECOOP UNIFEI teria grande dificuldade de funcionamento. A Universidade disponibiliza à incubadora o espaço físico, o custeio de água, luz, telefone e material de expediente destinado as suas atividades administrativas, o que é fundamental para a subsistência da incubadora.

O desafio está, portanto, no equilíbrio entre fontes internas e externas, de natureza diversa, uma verdadeira mescla de recursos materiais, humanos e financeiros e de instrumentos, tais como servidores, bolsistas, professores, técnicos, recursos de custeio e infra-estrutura logística suficiente.

Entende-se que a sustentabilidade financeira da INTECOOP UNIFEI não pode ficar na dependência apenas de recursos externos da Universidade, independentemente se é PRONINC ou outros. As entidades que ofertam recursos via editais têm seus objetivos específicos de atenção aos seus beneficiários, o que muitas vezes restringe o uso de recursos, impedindo que os mesmos possam ser utilizados da forma mais adequada aos processos demandados pela incubação de empreendimentos solidários.

Segundo o Ex-Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI, Prof. Dr. Paulo R. Labegalini, e o Coordenador da INTECOOP UNIFEI a época, Prof. Dr. Marcos E. C. Bernardes, a dimensão institucional da INTECOOP UNIFEI na UNIFEI, a dimensão político-social e a sustentabilidade, assim como na maioria das incubadoras em suas respectivas universidades estão em fase de construção e consolidação.

A INTECOOP UNIFEI segundo todos os entrevistados sempre dependeu do repasse de verba do PRONINC, do pagamento dos dois assessores de economia solidária pela Prefeitura Municipal de Itajubá e dos recursos obtidos através da aprovação de seus projetos e programas junto aos órgãos de fomento da ITCPs, entre eles o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação.

As incubadoras necessitam de recursos garantidos pelas vias institucionais internas, a fim de permitir o acompanhamento sistemático dos empreendimentos e ações estratégicas.

As incubadoras precisam sistematicamente elaborar novos projetos para garantir a própria continuidade da assistência de seus empreendimentos já incubados, sem falar do atendimento de outras demandas e necessidades oriundas da Economia solidária.

A INTECOOP UNIFEI apresenta parceria com vários atores, parceiros estes que disponibilizam aos grupos incubados e ora a própria equipe da incubadora, apoio financeiro, logístico, material, humano e administrativo, são eles: Prefeitura Municipal de Itajubá, Centro Vocacional Tecnológico – CVT, curso de psicologia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI, Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão – FAPEPE, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino superior – SECTES, Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria – FUPAI.

Alguns profissionais não pertencentes ao quadro de funcionários permanentes da UNIFEI, denominados Assessores de Economia solidária, têm sido contratados pela INTECOOP UNIFEI, suprimindo algumas lacunas, através de recursos de convênio de colaboração da Prefeitura Municipal de Itajubá firmado com a UNIFEI, porém, a cada necessidade de renovação dos contratos de duração de dois anos, surgem incertezas na INTECOOP UNIFEI e nos contratados sobre a efetivação desse serviço de apoio à incubadora. Em razão de mudanças na política e economia municipal, muitas vezes o respectivo convênio acaba em segundo plano, ocorrendo atrasos em sua efetivação, gerando um clima de instabilidade na incubadora e descontentamento entre os assessores contratados.

Observa-se neste contexto que se não existir uma visão clara, detalhada e objetiva das possibilidades, compromissos assumidos e responsabilidades de cada parceiro da INTECOOP, isso poderá comprometer o trabalho e resultados da incubadora.

A INTECOOP UNIFEI tem como principais parceiros institucionais e órgãos de fomento às suas atividades de Economia Solidária o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos solidários– PRONINC, Programa de Extensão e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Empresa de Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Segundo publicação do IADH 64,2 % das incubadoras mantêm algum tipo de parceria com governos locais; 54,7 % com governos estaduais; e 90,6% com algum ministério ou órgão federal (MTE, 2012).

A INTECOOP UNIFEI ao longo de todo seu funcionamento teve o Programa de Extensão Universitária – PROEXT do Ministério da Educação – MEC como seu maior provedor de recursos via editais, que apoiaram a incubadora no desenvolvimento de suas atividades.

Em 2010 a INTECOOP UNIFEI conseguiu a aprovação de um programa e dois projetos de extensão que permitiram a incubadora contar com uma equipe de pessoal composta de vários profissionais de diversas áreas, como psicólogos, pedagogos, servidor técnico-administrativo, administradores, nutrólogos, estagiários, bolsistas e voluntários, o que possibilitou a incubadora uma dinâmica de trabalho acentuada e relevante produção de conhecimento.

A produção de conhecimento tem sido um dos indicadores relevantes que demarcam uma das funções primordiais da academia e que incidem na qualidade da produtividade e formação de novas gerações.

Segundo a SENAES, todas as incubadoras têm algum tipo de produção acadêmica, porém algumas delas não dispõem essas informações de maneira sistematizada (SENAES,2013). Nesse aspecto, a INTECOOP UNIFEI apresenta um registro organizado de todas suas atividades laborais de incubação e da produção acadêmica, através do arquivo de relatórios e atas de reuniões, ações, eventos realizados, projetos desenvolvidos, publicações efetuadas, entre outros. Segundo todos os entrevistados na pesquisa de campo, a INTECOOP UNIFEI desde a sua criação tem zelado pelo registro de todas as informações referentes ao processo de incubação desempenhado junto aos empreendimentos solidários.

Pode-se citar entre as formas de produção do conhecimento acadêmico e não acadêmico da INTECOOP UNIFEI decorrentes da expediência da incubadora, ações que auxiliam a sistematizar e divulgar o trabalho de incubação, como a produção de artigos, resumos, banners, cartilhas, vídeos institucionais, boletins, impressos, folders, folhetos, entre outros.

A INTECOOP UNIFEI tem entre seus instrumentos de disseminação e comunicação mais utilizado ao longo de sua existência para divulgação do trabalho de incubação a sua home page, porém em nosso entendimento sua página de internet poderia ser melhor explorada, promovendo no site fóruns de debates sobre assuntos ligados a Economia solidária.

A INTECOOP UNIFEI tem participado de vários fóruns municipais, regionais e estaduais de Economia solidária, o que denota o interesse em promover o desenvolvimento local e territorial, considerando a Economia solidária como forte instrumento e estratégia de apoio ao desenvolvimento econômico local. A participação da INTECOOP UNIFEI nos

fóruns tem sido imprescindível para o aprimoramento do processo de incubação, bem como para a viabilização de troca de experiências com outras ITCPs e grupos envolvidos com a Economia solidária.

A UNIFEI poderia desempenhar ações de comunicação no âmbito interno da instituição promovendo maior divulgação das atividades e resultados da incubadora junto à comunidade acadêmica, centros, departamentos, com o objetivo de atrair professores e estudantes em busca da multidisciplinaridade, integração da tríade ensino-pesquisa-extensão e disseminação dos conteúdos da Economia solidária.

A INTECOOP UNIFEI tem se esforçado para realizar a divulgação interna e externa sobre o papel das incubadoras e das atividades realizadas, respectivamente junto a comunidade acadêmica e local, porém, essas atividades ainda são consideradas insuficientes, tanto pelo Ex-Pró-Reitor de Extensão, quanto pela coordenação da INTECOOP UNIFEI e equipes de trabalho passadas e atual.

A descontinuidade de recursos tem sido um grande desafio enfrentado pelas incubadoras e em especial para INTECOOP UNIFEI que tem seu quadro de pessoal sempre alterado em razão do encerramento dos projetos e programas desenvolvidos.

Ao final do ano de 2013 a INTECOOP UNIFEI quase deixava de funcionar por não conseguir manter seu quadro pessoal efetivado, sendo muitas as razões que levaram a INTECOOP UNIFEI a quase sua inatividade, entre elas, a falta da aprovação de novos programas e projetos de extensão, a não renovação da contratação dos assessores de economia solidária pela parceira Prefeitura Municipal de Itajubá, a realocação do servidor técnico-administrativo da incubadora para outro setor da UNIFEI e a incerteza sobre o destino da INTECOOP UNIFEI.

Segundo alguns entrevistados no final do segundo semestre do ano de 2013 a INTECOOP UNIFEI passou a apresentar certa fragilidade em seu apoio institucional recebido pela Universidade, evidenciado em parte, pela falta de um instrumento normativo formal reconhecendo a INTECOOP UNIFEI como um espaço de extensão social permanente.

Segundo alguns assessores de economia solidária entrevistados, a INTECOOP UNIFEI necessita apresentar uma inserção mais permanente na UNIFEI.

Acredita-se que a posição política-estratégica da Universidade em relação a INTECOOP possa influenciar diretamente a sobrevida e dinâmica de trabalho da Incubadora.

A INTECOOP UNIFEI segundo os entrevistados passa por dificuldades de recursos financeiros, pessoal, logístico, necessitando de maior apoio político-institucional da Universidade.

A INTECOOP UNIFEI a partir de janeiro de 2013 não apresentava mais em seu quadro pessoal um servidor técnico-administrativo lotado para auxiliar no desenvolvimento das atividades administrativas da incubadora, dificuldade essa observada em mais da metade das ITCPs brasileiras segundo dados do IADH. Segundo a maioria dos entrevistados a ausência de servidores técnico-administrativos na equipe da incubadora pode comprometer o desenvolvimento das atividades da incubadora. Segundo relataram alguns entrevistados, o servidor técnico-administrativo, ao atuar, geralmente com dedicação exclusiva, auxilia e complementa o trabalho do docente, quando este se ausenta para realizar suas demais atividades de ensino e pesquisa.

Em agosto do ano de 2013 a INTECOOP UNIFEI contava apenas com um estagiário e uma bolsista, em razão do contrato de renovação dos dois assessores de economia solidária via convênio com a Prefeitura Municipal de Itajubá não ter sido efetivado. Este número reduzido de pessoal acabou comprometendo o planejamento e elaboração de novos projetos, bem como a prospecção de novos editais junto aos órgãos de fomento.

A INTECOOP UNIFEI no período da realização da pesquisa apresentava em seu quadro de pessoal um professor coordenador da incubadora, com dedicação parcial de trabalho, com a participação de professores colaboradores envolvidos voluntariamente no processo de incubação desenvolvido pela INTECOOP UNIFEI. Com base nos dados levantados pelo IADH juntos as ITCPs brasileiras, cerca de 70% das incubadoras contam com pelo menos 4 (quatro) professores em suas equipes de trabalho.

Observou-se quando da realização da pesquisa de campo junto aos entrevistados que existem alguns poucos professores da UNIFEI, das mais diversas áreas, que têm se aproximado e participado das atividades da INTECOOP UNIFEI, contribuindo com seus conhecimentos específicos, com a sistematização do conhecimento gerado com o trabalho da incubadora, bem como ajudado no aprimoramento da integração da incubadora com seus empreendimentos incubados.

A INTECOOP UNIFEI apresenta dificuldades para ampliar o envolvimento docente com as atividades de incubação, havendo a necessidade da Incubadora pensar novas estratégias que possam garantir maior envolvimento do corpo docente com a extensão social, em especial com o processo de incubação dos empreendimentos solidários da Incubadora.

Entre as justificativas apresentadas pelos entrevistados para a ausência de participação docente na INTECOOP UNIFEI está a falta de compromisso de muitos professores que valorizam a pesquisa em detrimento da extensão e a sobrecarga de trabalho nas atividades de ensino e pesquisa.

Segundo alguns entrevistados, o motivo para a falta de interesse dos docentes nas atividades de extensão e especificamente na INTECOOP UNIFEI é o insuficiente reconhecimento da atividade da extensão nos indicadores de desempenho internos e externos, seja na progressão funcional dos docentes, na avaliação do sistema de pós-graduação por parte da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e o insuficiente apoio logístico da Universidade (ex: funcionário, transporte para deslocamento e outros) que desestimulam, em muitos casos, esse envolvimento do trabalho dos professores.

A ausência docente nas atividades da INTECOOP UNIFEI pode incidir diretamente no desempenho da incubadora e dificultar a amplitude de suas ações junto aos grupos incubados.

Segundo alguns entrevistados a INTECOOP UNIFEI desenvolveu uma diversidade de estratégias visando ampliar a participação estudantil junto as atividades da incubadora, entre elas, encontros, palestras e exposições sobre a Economia solidária dentro da UNIFEI, porém vários entrevistados relataram a ausência da participação estudantil nas atividades da INTECOOP UNIFEI, afirmando que os acadêmicos da UNIFEI ainda não detém um perfil de mobilização social solidária, o que segundo os entrevistados contraria a realidade da maioria das ITCs.

Segundo os dados do IADH a maioria das incubadoras brasileiras apresenta cinco ou mais alunos envolvidos nas atividades da incubadora, seja como bolsista, estagiário ou voluntário (MTE, 2012).

A sinergia do corpo docente e discente nas atividades de extensão da incubadora pode propiciar vários aprendizados a todos os envolvidos no processo de incubação.

Segundo o Ex-Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI, a participação dos acadêmicos da universidade junto as atividades da incubadora tem sido pequena em razão da INTECOOP UNIFEI não ter condições de acompanhar, orientar e capacitar um número grande de alunos; porém com base nas informações levantadas na pesquisa de campo, sugere-se aumentar o número de ações destinadas a ecoar o debate sobre o tema da extensão social dentro e fora da instituição, bem como ações dirigidas a incorporação de mais docentes e discentes por meio de subsídios da própria UNIFEI.

A INTECOOP UNIFEI tem realizado a formação continuada dos empreendimentos solidários através da assessoria e consultoria de seus empreendimentos solidários, procurando construir um vínculo local de compromisso e respeito com a comunidade.

Sugere-se o aumento de ações de comunicação da INTECOOP UNIFEI voltadas ao âmbito externo com o objetivo de propiciar a incubadora maior divulgação, promoção de

eventos e feiras, com vistas a criar o ambiente favorável às parcerias e acesso dos empreendimentos a outras políticas públicas, bem como a adoção e disseminação de disciplinas, cursos e conteúdos da Economia solidária.

A Universidade poderia continuar promovendo a integração dos cursos de mestrados e doutorados nas áreas vinculadas às demandas da INTECOOP UNIFEI, promover a institucionalização da incubadora, bem como o envolvimento de mais áreas da universidade com a incubadora incentivando ações transversais.

A INTECOOP UNIFEI necessita situar-se na esfera da política universitária do ensino, pesquisa e extensão da universidade, de forma que UNIFEI poderia contribuir com esta integração ensino, pesquisa e extensão, por meio da criação de novos canais de comunicação e debates entre estes atores e a INTECOOP UNIFEI.

Acredita-se que a inexistência de um regimento interno, normatização e sistematização do processo de funcionamento e incubação estabelecido pela UNIFEI, possam implicar em dificuldades para obtenção de eficácia nas ações da incubadora, sinergia, bem como capacidade de articulação dentro e fora da Universidade, em razão da INTECOOP UNIFEI ainda não apresentar indicativos que possam melhor aferir sua dinâmica de trabalho.

Percebe-se que a primeira preocupação de uma incubadora deve ser a articulação para dentro da instituição que acolhe a incubadora, com o objetivo de alcançar a sua institucionalização com o consequente apoio logístico e político-pedagógico. Porém, observa-se que só o interesse e esforço da incubadora não bastam, é necessário também que a Universidade traga para a agenda de debate da instituição a extensão social, sua relevância na formação acadêmica e seu auxílio na forma de se conceber ciência e tecnologia.

Diante das informações coletadas juntos aos diferentes públicos de interesse da incubadora, conclui-se que no caso específico da INTECOOP UNIFEI, seu relacionamento institucional com a Universidade e seus parceiros ainda está em fase de consolidação e que as políticas de gestão advindas da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI influenciam diretamente na sobrevivência e resultados da INTECOOP UNIFEI.

## **6.5. A Metodologia de Incubação da INTECOOP - UNIFEI**

Buscou-se refletir sobre a incubação dos empreendimentos incubados pela INTECOOP, considerando a visão e especificidades destes grupos, assim como procuramos

identificar as dimensões, limites e possibilidades das atividades desenvolvidas pela incubadora.

Na presente pesquisa com a INTECOOP UNIFEI procurou-se identificar a experiência metodológica praticada pela incubadora e suas características, entre as quais menciona-se a adequação da incubadora às necessidades de seus empreendimentos solidários incubados.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI a época, professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, os princípios metodológicos adotados pela INTECOOP UNIFEI permeiam todas as atividades da incubadora, desde a formação continuada dos grupos incubados até a produção e troca de conhecimentos entre a equipe e os empreendimentos assistidos. O processo de incubação da INTECOOP UNIFEI segundo todos entrevistados busca fazer com que os empreendimentos incubados ao final do processo de incubação conquistem autonomia organizativa, viabilidade econômica e plena conscientização da importância do trabalho coletivo.

Os empreendimentos solidários não devem ser estruturados tomando-se por referência os instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais, por apresentarem uma vocação social, de caráter solidário e coletivo, com produção, disseminação, transferência e apropriação de conhecimento coletivo; mas precisam se apresentar, como uma associação de trabalhadores que articulam os aspectos econômicos do negócio com as oportunidades presentes e concebam um modelo de gestão participativo e democrático, voltado para o bem comum e não exclusivamente para o lucro.

Segundo o Coordenador e integrantes da INTECOOP UNIFEI, o quadro de profissionais da incubadora deveria contar com sociólogos, contadores, advogados, administradores, psicólogos, pedagogos, engenheiros, assistentes sociais, comunicólogos, professores, alunos, estagiários, bolsistas, assessores de economia solidária, servidores técnico-administrativos, voluntários e representantes da comunidade, todos estes, voltados a promoverem a construção do conhecimento coletivo por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Os objetivos da INTECOOP UNIFEI segundo todos os entrevistados abrangem um vasto leque de atribuições e atividades as quais descrevemos a seguir, iniciando pelo assessoramento da constituição, formalização e legalização dos grupos incubados, bem como acompanhamento e orientação das atividades dos empreendimentos solidários incubados.

A INTECOOP UNIFEI realiza o trabalho de assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e continuada, os grupos sociais interessados na criação e fortalecimento de seus empreendimentos solidários, visando a sua autonomia. A incubadora

auxilia os atuais grupos em incubação em sua emancipação política, social, econômica, bem como na assistência, estruturação e sistematização das atribuições administrativas, sociais, contábeis e operacionais desses empreendimentos solidários.

Incentivar a autogestão, o associativismo e cooperativismo, mobilizar novos grupos populares para o trabalho solidário auxiliando-os na organização coletiva do trabalho, na logística e estratégia a ser adotada para a otimização de resultados, estimular a sustentabilidade do negócio solidário, intercambiar experiências em relação a economia solidária promovendo o desenvolvimento social, intelectual, profissional e ético dos grupos incubados faz parte dos objetivos da INTECOOP UNIFEI.

A INTECOOP UNIFEI busca obter sinergia através da união de saberes acadêmicos e populares, teóricos e práticos, voltados à inclusão de grupos de baixa renda no mercado de trabalho, através da capacitação destes grupos para a constituição de cooperativas e associações, bem como para a administração dos empreendimentos autogestionários, abordando assuntos como relações humanas, gestão de negócios, organização administrativa, contábil, noções de cidadania, solidariedade, princípios da economia solidária e o valor do trabalho coletivo.

A INTECOOP UNIFEI capacita seus grupos incubados a desenvolver seu próprio plano de negócios, conscientizando a sociedade local sobre a importância do trabalho e economia solidária, conscientizando os trabalhadores cooperados, associados, sobre seus direitos trabalhistas, e sobre a importância de se construir, produzir, disseminar, fortalecer e realizar a transferência de conhecimento sobre a economia solidária.

A INTECOOP UNIFEI estimula a institucionalização de políticas públicas locais, através do incentivo à criação do Conselho Municipal de Economia solidária do Município de Itajubá, por meio do estímulo a criação de empreendimentos solidários, associações e cooperativas populares urbanas e rurais, como alternativa à geração de trabalho e renda, objetivando amenizar a exclusão social e pobreza local.

A INTECOOP UNIFEI procura realizar a integração do corpo docente e discente da UNIFEI com a comunidade, através de eventos diversificados como palestras, encontros, debates, entre outros, bem como tem buscado unir o saber científico ao saber popular numa tentativa de transformar a prática cotidiana, dentro e fora da universidade.

Como se pode observar, os objetivos, atribuições e atividades desenvolvidas pela INTECOOP UNIFEI são de alta complexidade e requerem maior proatividade da UNIFEI, bem como o envolvimento de seus professores e acadêmicos, para fortalecer e ampliar as discussões sobre a economia solidária entre as diversas áreas do conhecimento.

A compreensão das fases de incubação empregada nos grupos incubados pela INTECOOP UNIFEI ajuda a entender a metodologia de incubação adotada pela incubadora, auxilia na apreensão de como se dá o processo de fomento, estruturação e acompanhamento de seus grupos incubados, bem como a formação e capacitação dos trabalhadores envolvidos, até que estes tenham condições de autogerir seus empreendimentos solidários de forma sustentável.

A metodologia de incubação da INTECOOP UNIFEI é uma construção que se concretiza mediante o acompanhamento de seus empreendimentos solidários incubados, com ênfase na autogestão e no funcionamento da incubadora. A incubadora prioriza a formação organizativa e capacitação dos incubados, visando à sustentabilidade do empreendimento, utilizando o diálogo para construir novos conhecimentos a partir das experiências vivenciadas por todos os envolvidos no processo de incubação.

A Metodologia de incubação da INTECOOP UNIFEI é constituída de três fases, a saber:

1ª Fase - A pré-incubação, que identifica, motiva e prepara os grupos para que se organizem sob a forma de empreendimento solidário, contando com o recebimento das propostas de interesse de incubação dos grupos, visita ao grupo proponente para coleta de informações e levantamento de perfil coletivo;

A INTECOOP UNIFEI procura identificar e selecionar grupos que preencham as condições necessárias à incubação, sendo esses pré-requisitos o perfil sócio-econômico do grupo, o número de integrantes do grupo, a coesão do grupo, o tipo e segmento do empreendimento, a viabilidade econômica do empreendimento e os atores necessários ao processo de incubação específico.

Segundo o Coordenador e integrantes da equipe de trabalho da INTECOOP UNIFEI as fases da metodologia de incubação adotadas pela incubadora sempre procurou identificar e selecionar os grupos potenciais que preenchessem as condições necessárias a incubação.

2ª Fase - A incubação, que trata da seleção dos grupos a serem incubados, a partir do diagnóstico da comissão de avaliação, bem como capacitação, assessoramento, qualificação, acompanhamento e avaliação dos grupos incubados;

3ª Fase - A desincubação, que busca consolidar a autonomia do grupo, tanto no que diz respeito às questões econômicas, como nas relações sociais e políticas.

O processo de desincubação de alguns grupos realizado pela INTECOOP UNIFEI algumas vezes foi interrompido em razão de alguns empreendimentos solidários desligarem-

se da Incubadora, por conta da desintegração, desistência e ruptura do grupo, movidos entre outras razões, por dissidências ideológicas entre os integrantes dos grupos.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI a época, professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes a incubadora tem ministrado aos seus grupos incubados ao longo das fases da metodologia de incubação adotada pela incubadora, temas imprescindíveis à concepção do processo de incubação, entre eles, valores cooperativos e solidários, direitos e responsabilidades dos associados, mediação de conflitos e construção de consensos na condução do empreendimento solidário.

Segundo o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, professor Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes, a incubadora não adota para as distintas fases de incubação descritas anteriormente um tempo determinado de duração, apesar de considerar a desincubação como sendo uma fase imprescindível do processo de incubação e como resultado da aquisição de autonomia do empreendimento incubado.

Geralmente os convênios, licitações, programas e projetos estabelecem um limite temporal de vigência e cobertura, porém, o não estabelecimento de um limite de tempo para as respectivas fases pode dificultar a incubação de novos grupos, comprometer a sustentabilidade da incubadora, desestimular a autonomia dos grupos, gerando um clima de acomodação da equipe de trabalho e incubados.

A metodologia adotada pela INTECOOP UNIFEI descrita anteriormente em suas três distintas fases se dá por meio de uma aprendizagem, na qual os conteúdos trabalhados têm origem na realidade socioeconômica e cultural local, em interação constante entre incubadores e incubados, em um processo de aprendizagem contínuo e dinâmico.

A necessidade da INTECOOP UNIFEI adotar um método de incubação específico para seus empreendimentos solidários explica-se por serem os atuais grupos em incubação, ACIMAR, AAT e APRIR, grupos com qualificação técnica e estrutura organizacional diversificada.

Alguns empreendimentos incubados pela INTECOOP UNIFEI demandaram um processo de acompanhamento desde o início de sua formação como é o caso da ACIMAR, enquanto outros já se encontravam constituídos legalmente sob a forma de associações e procuram a Incubadora para obter auxílio no processo de gestão, como é caso da APRIR e AAT.

A existência de certas particularidades apresentada por cada empreendimento (A ACIMAR composta de catadores de materiais reciclados, a AAT formada por artesãos e a APRIR por agricultores familiares) levou a INTECOOP UNIFEI a diferentes formas de

atuação que, por sua vez, demandaram estratégias diferenciadas e adequadas a cada tipo de incubação, gerando métodos diferenciados.

Segundo o Ex-Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI e o Coordenador da INTECOOP UNIFEI, os princípios metodológicos e metodologia adotada pela INTECOOP UNIFEI, conseguem oferecer um embasamento consistente ao processo de incubação, do ponto de vista pedagógico, filosófico, social e político. Todos eles reforçam os fundamentos para a construção da Economia solidária. O respectivo entrevistado relata ainda, que a participação, a formação, a troca de conhecimentos e a autogestão promovida pela INTECOOP UNIFEI aos grupos incubados fixam também as bases para sua eficácia operacional, fomentando a integração e intercâmbios permanentes de experiências e conhecimento com outras ITCPs e empreendimentos solidários vizinhos.

A INTECOOP UNIFEI segundo todos os entrevistados concebe tecnologia social com base no conceito de TS construído pela Rede de Tecnologia Social e sempre procurou desde sua criação no ano de 2007 ser um ambiente apropriado para estimular o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e experiências, que visassem atender as demandas de seus grupos incubados e conseqüentemente da sociedade local.

A gestão do Coordenador da INTECOOP UNIFEI segundo seus atuais e ex-integrantes, assessores em economia solidária e servidores técnico-administrativos sempre foi participativa e democrática, estimulando os integrantes da equipe de trabalho a opinar sobre a implementação das atividades, ações e eventos da incubadora. Segundo a maioria dos entrevistados essa dinâmica de funcionamento da incubadora sempre incentivou as equipes de trabalho a serem mais pró-ativas e inovadoras, a estarem mais motivadas e envolvidas com o trabalho de incubação, permitindo a maior troca de conhecimentos, experiências e informações.

Segundo todos os entrevistados a construção do conhecimento na INTECOOP UNIFEI tem sido coletiva e uma das formas de se evidenciar esta construção é por meio do acesso ao conteúdo das edições do Expresso Solidário (boletim eletrônico da incubadora disponibilizado no site da incubadora) publicadas ao longo da existência da INTECOOP UNIFEI. Estes boletins eletrônicos concebidos coletivamente denotam a integração e interação das equipes de trabalho da incubadora, bem como a transformação de suas experiências em conhecimento compartilhado.

Promover condições para a capacitação técnica dos grupos incubados, apoiar os grupos na legalização do empreendimento e propiciar a metodologia de formação adequada à

realidade específica de cada empreendimento incubado, sempre estiveram presentes na metodologia de incubação da INTECOOP UNIFEI segundo todos os entrevistados.

A INTECOOP UNIFEI tem enfrentado dificuldades para realizar a capacitação de seu pessoal contratado via convênio, em razão da falta de recursos específicos destinados a tal finalidade. Como sugestão, identifica-se a oportunidade da UNIFEI através de seu corpo docente, adotar e promover uma estratégia de educação continuada, destinada ao quadro de pessoal da incubadora. Acredita-se que por meio desta ação, a UNIFEI poderia fomentar o aprimoramento dos saberes ensino-pesquisa-extensão, valorizar e reconhecer o capital intelectual da equipe da incubadora, promover a interdisciplinaridade dentro e fora da universidade, bem como a eficácia e sinergia nas atividades de planejamento da INTECOOP UNIFEI.

Segundo o Ex-Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI, Coordenador e integrantes da INTECOOP UNIFEI, a limitação de recursos financeiros, humanos, materiais, a alta rotatividade dos membros da equipe, a excessiva burocracia dos processos para liberação de recursos via editais, bem como a carência de indicadores de avaliação, são considerados alguns dos principais empecilhos à sustentabilidade e à aferição dos resultados da incubadora respectivamente.

Segundo a coordenação da INTECOOP UNIFEI, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a FINEP, por meio do PRONINC, deveria passar a considerar de fato, Tecnologia Social como um eixo estruturante do Programa, lançando editais de fluxo contínuo, voltados para o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, sejam elas metodologias, métodos ou procedimentos, voltados diretamente à produção, por meio de consultorias específicas; direcionados a sistematização das tecnologias sociais desenvolvidas, a INTECOOP bem com as demais incubadoras, através das novas linhas de fomento, teriam sua realidade financeira modificada.

O Ex-Pró-Reitor de Extensão da UNIFEI, relatou em sua entrevista que no período de 2007 à 2012, a Universidade promoveu a instalação da INTECOOP UNIFEI como um trabalho social, de caridade, voluntarismo e solidariedade da UNIFEI, o que para diversos autores se caracteriza como uma visão reducionista dessa modalidade de extensão universitária.

A INTECOOP tem objetivos que extrapolam a caridade e a assistência social, como promover a conexão ensino-pesquisa-extensão produzindo conhecimento, realizar a troca de saberes e experiências acadêmico-popular, gerar trabalho e renda para pessoas de baixa renda, propiciar a sustentabilidade de empreendimentos solidários autogeridos, desenvolver

tecnologias sociais que respondam as demandas da sociedade, bem como promover o desenvolvimento social e econômico em suas respectivas áreas de atuação.

Para o Coordenador e integrantes da INTECOOP UNIFEI, existem muitos aspectos intangíveis, abstratos, que são relevantes à avaliação do resultado dos empreendimentos incubados e que acabam não sendo identificados, ou mesmo percebidos pela comunidade acadêmica e pela sociedade local beneficiada pela ação dos grupos. Entre os exemplos estão as externalidades positivas decorrentes da ação dos empreendimentos, a expectativa e qualidade de vida do grupo, a motivação, autoestima e sentimento de pertencimento dos associados, o espírito de cidadania, a emancipação do indivíduo e a mudança do pensar e agir dos associados.

A INTECOOP UNIFEI vivencia um período de construção de sua metodologia de incubação, compromissada com a abertura e consolidação de novos caminhos voltados à inclusão social e à valorização da Economia Solidária. Porém, evidencia-se a necessidade da incubadora criar ou adotar indicadores de avaliação de resultados, que possam viabilizar o monitoramento e mensuração das ações dos grupos incubados e da incubadora de uma forma mais clara, objetiva e precisa, já que não foi identificado pelo pesquisador e nem relatado pelos entrevistados a existência de indicadores de mensuração de resultados.

Após a análise dos dados coletados na pesquisa de campo percebe-se que a INTECOOP UNIFEI apresenta uma metodologia de funcionamento embasada em alguns princípios metodológicos que servem de balizadores de suas atividades de incubação. Entre esses princípios metodológicos citamos a participação dos envolvidos no processo de incubação como agentes transformadores da realidade em que vivem os grupos incubados, a produção e a troca de conhecimentos entre os grupos incubados e a equipe de incubação, o aprendizado mútuo propiciado através da troca de saberes acadêmicos com os saberes populares, a autogestão, o cooperativismo, o associativismo, a formação continuada em Economia Solidária e a construção e a apropriação coletiva do conhecimento.

Acredita-se que a reflexão sobre a metodologia da INTECOOP UNIFEI possa auxiliar a incubadora e a UNIFEI no compromisso de continuar construindo caminhos, diante dos grandes desafios que a incubadora enfrenta, rompendo com a economia individualista, guiada apenas pela lei do lucro. Espera-se que a riqueza metodológica evidenciada na INTECOOP UNIFEI possa continuar a aprimorar-se e ser disseminada, sempre a serviço da inclusão social e da Economia solidária.

## 7. CONCLUSÃO

A primeira preocupação de uma incubadora deve ser no sentido de sua articulação para dentro da Instituição que a acolhe, com o objetivo de estabelecer seu relacionamento institucional com a Universidade e obter o conseqüente apoio logístico e político-pedagógico necessário ao seu funcionamento. Porém, observa-se que só o interesse e esforço da INTECOOP UNIFEI não bastam, é necessário também que a Universidade traga para a agenda de debate da instituição a extensão social, sua relevância na formação acadêmica e seu auxílio na forma de se conceber ciência e tecnologia.

A INTECOOP UNIFEI compartilha suas experiências de incubação com a Universidade por meio da publicação de artigos, resumos, banners, cartilhas, vídeos institucionais, boletins, impressos, folders, folhetos, entre outros. A INTECOOP UNIFEI tem disseminado suas experiências de extensão com seus parceiros, através da participação em fóruns municipais, regionais e estaduais de Economia solidária, o que denota o interesse em promover o desenvolvimento local e territorial, tendo a Economia solidária como forte instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico local. A participação da INTECOOP UNIFEI nos fóruns tem sido imprescindível para o aprimoramento do processo de incubação, bem como para a viabilização de troca de experiências com outras ITCPs e grupos envolvidos com a Economia solidária.

O relacionamento institucional da INTECOOP UNIFEI com a Universidade e parceiros ainda está em fase de construção, sendo que as políticas de gestão advindas da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI influenciam diretamente na sobrevivência e resultados da Incubadora.

A INTECOOP UNIFEI gera trabalho e renda aos associados de seus empreendimentos incubados através do emprego continuado dos princípios da Economia Solidária e da construção e apropriação coletiva do conhecimento, promove paralelamente de forma complementar o desenvolvimento de ações na área educacional, contribuindo com o processo de inclusão dos grupos mais vulneráveis.

A INTECOOP UNIFEI vai além da previsibilidade de ações voltadas a geração de trabalho e renda, resgatando o sentimento de existir, interagir, crescer e compartilhar dos associados dos grupos incubados, agregando relevante valor ao processo de transformação social de todos os atores envolvidos no processo de incubação.

A INTECOOP UNIFEI apresenta como elementos balizadores de sua metodologia de incubação, a participação dos envolvidos no processo de incubação como agentes transformadores da realidade em que vivem os grupos incubados, a produção e a troca de conhecimentos entre os grupos incubados e a equipe de incubação, o aprendizado mútuo propiciado através da troca de saberes acadêmicos com os saberes populares, a autogestão, o cooperativismo, o associativismo, a formação continuada em Economia solidária e a construção e a apropriação coletiva do conhecimento. A metodologia de incubação da INTECOOP UNIFEI está em fase de construção e certamente permanecerá em constante transformação, em razão das subjetividades, subliminaridades multifacetadas e aspectos intangíveis envolvidos no processo do construir e reconstruir o saber acadêmico-popular.

Identifica-se que o “como fazer” da INTECOOP UNIFEI está sendo processualmente construído, adequado às diferenças, singularidades, vivências e experiências de cada um de seus grupos incubados.

A INTECOOP UNIFEI apresenta como fatores restritivos a atividade de incubação, em maior ou em menor grau, recursos físicos, materiais, humanos, financeiro, governança, parcerias, qualificação profissional da equipe de trabalho e rotatividade de pessoal.

Os principais desafios enfrentados pela INTECOOP UNIFEI em seu processo de desenvolvimento e em sua atuação junto aos seus grupos incubados são a falta de autonomia em sua governança, não institucionalização da incubadora, o baixo envolvimento acadêmico, a pequena articulação do ensino-pesquisa com a extensão social, o baixo envolvimento docente, o insuficiente reconhecimento da extensão nos indicadores para progressão funcional dos docentes, certa fragilidade no processo de comunicação e divulgação das atividades da Incubadora dentro e fora da UNIFEI, a falta de sustentabilidade financeira, a carência de cursos e atividades voltados ao treinamento da equipe de incubação, bem como a ausência de indicadores que possibilitem o monitoramento e acompanhamento dos empreendimentos e da equipe de trabalho da Incubadora.

Visando atenuar esses desafios, fica evidente a necessidade da INTECOOP UNIFEI ter maior autonomia em sua governança, reduzir a rotatividade de pessoal, solicitar junto a Pró-Reitoria de Extensão a alocação de um servidor técnico-administrativo permanente na INTECOOP UNIFEI, aperfeiçoar o site da Incubadora, adotar estratégias de captação de recursos, patrocínios, apoio, parcerias e doações destinadas as atividades da incubadora e seus empreendimentos incubados, bem como ampliar o número de parcerias com o setor público, privado, ONGs e instituições de ensino.

Sugere-se como trabalhos futuros à INTECOOP UNIFEI, como forma de melhorar a inter-relação da Incubadora com as demais ITCPs e com os discentes e docentes da UNIFEI, a integração junto às demais ITCPs mediante visita, a execução de campanhas de sensibilização e mobilização de alunos e professores voltados à captação de voluntários para compor a equipe da Incubadora, a realização de debates dentro e fora da UNIFEI sobre a importância da extensão social, da Economia Solidária e das ITCPs, bem como o aprimoramento da comunicação da Incubadora, buscando o apoio do Departamento de Comunicação da UNIFEI.

Desta forma, conclui-se que a maior contribuição da INTECOOP UNIFEI aos empreendimentos incubados tem sido a construção da emancipação dos integrantes desses grupos populares na cidade de Itajubá e micro-região, assim como a promoção do desenvolvimento social local e regional através da apresentação de soluções para as demandas da sociedade.

## 8. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 15-23.
- ALMEIDA, E. et AL. A participação efetiva e a conquista da autonomia. In: GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ARAÚJO, M. A. M. de et al. Conceitos de Extensão Universitária. In: **Extensão Universitária um laboratório social**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011. Capítulo 01. p. 05 à 09.
- ARRUDA, Marcos. “Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos”. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.
- BARBOSA, Maria José de Souza; REIS, Adebaro Alves dos; SOUZA, Armando Lirio de ; FERRÃO, Euzalina da Silva; PIRES, A. M. M.. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA: um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. In: LART, Laudemir; Santos, Josivaldo Constantino dos. (Org). **Educação e sócio-economia: interação universidade – movimentos sociais**. Mato Grosso: Editora UNEMAT, 2006.
- BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BARROS, Josiane. O projeto educativo das ITCP's: encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. **Trabalho e educação. Arquitetos abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP. Idéias e letras, 2004.
- BAUMGARTEN, M (org.) (2005). **Conhecimentos e redes – sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- BERNADO, E. E. R.; TONELLA, Celene; CULTI, Maria Nezilda; TENÓRIO, Maria Clara Corrêa. **Cooperativismo Popular: a perspectiva da educação para a transformação**. In: VII Semana de Artes, IV Mostra do Museu Dinâmico Interdisciplinar, II Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão e V Simpósio da APADEC, 2004, Maringá. VII SAL IV Mostra do Museu Dinâmico Interdisciplinar II Mostra Integrada de Ensino Pesquisa e Extensão V Simpósio da APADEC. Maringá: Universidade Estadual de Maringá/Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2004.
- BOCAYUVA, P.C.C. Tecnologia Social na Transição Paradigmática. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 117-129.
- BUENO, L. M. M. Cidades Sustentáveis: Possibilidade ou Autoengano? In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 171-181.
- CARVALHO, S. M. S. Reflexões sobre a extensão na universidade pública brasileira. **Revista Participação**, Ano 09 n. 16, Dez/2009. p. 12 à 20.
- CESCON, Diene Aparecida. **Empreendimentos Cooperativistas Populares: um processo de (re) educação**. In: 1º -EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2000, Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: TAC multimídia LTDA, 2000.
- CRUZ, Antônio. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In: Cayapa – **Revista Venezolana de Economía Social**. Año 4, n.8. Mérida (Venezuela): CIRIEC/Venezuela, 2004.

\_\_\_\_\_. **Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência.** In: IV Encontro Latino-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo (mídia eletrônica). Rosario (Argentina): UNR/ACI, 2006.

CULTI, Maria Nezilda. **Reflexões sobre o Processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e seus limites.** Artigo apresentado na 1ª Conferência Nacional de Economia solidária da Rede UNITRABALHO, São Paulo, Dezembro de 2002.

DAGNINO, Renato. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. In: FARIA, Doris dos Santos (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina.** Brasília, 2001.

DUARTE, A. N. ET. AL. Sesi Empreende: desenvolvendo atitudes empreendedoras. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, out. 2004.

EID, Farid. A. R.. **Metodologia de Incubação e desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCAR.** Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão – SEMPE, Universidade Federal de São Carlos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre a concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação.** Texto apresentado na Primeira Conferência Nacional de Economia solidária da rede UNITRABALHO, São Paulo, mimeo, dezembro de 2002.

FARIA, Dóris Santos de (Org.) . **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: 2001.

FELÍCIO, J. **Fortalecer a economia solidária.** Notícias CUT. São Paulo: CUT, 7 maio 2005.

FONSECA, R. **Ciência, Tecnologias e Sociedade. Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável,** p. 71 A 77, 2010, RTS.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e Democracia.** In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade.** Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 145-153.

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão.** Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. (Coleção Extensão Universitária v. 8).

\_\_\_\_\_. **Avaliação nacional da extensão universitária.** Brasília: MEC/Sesu, 2001. (Coleção Extensão Universitária v. 3).

\_\_\_\_\_. **Extensão universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária v. 6).

\_\_\_\_\_. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004.** Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária v. 5).

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária v. 1).

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Extensão Universitária 2012.** Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Editora: São Leopoldo, 2002.

GALLO, Ana Rita; EID, Farid. **Avaliação do processo de incubação em duas cooperativas populares: dilemas e oportunidades para os empreendimentos de Economia Solidária.** In:

Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão, 2003, João Pessoa. V Seminário de metodologia para projetos de extensão, 2003.

GALLO, Ana Rita; VALÊNCIO, Norma Felicidade L. S.; SHIMBO, Ioshiaqui; EID, Farid; LEME, Alessandro André; DAKUZAKU, Regina Yoneko; MASCIO, Carlos Cesar; FAISTING, André Luiz; MACHADO, MARIA Lucia Teixeira. Incubadora de Cooperativas Populares: uma experiência universitária em prol da transformação social. In: Michel Thiollent; Targino de Araújo Filho; Rosa Leonôra Salerno Soares. (Org.). **Metodologias e Experiências em Projetos de Extensão**. Niterói – RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000, v., p. 09-341.

GOMES, R. **Histórico da formação do Grupo de Trabalho Brasileiro até o Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Brasília: III Plenária Brasileira de Economia Solidária, jun. 2003. (mimeo.)

GONZALES REY, Fernando. Os processos de construção da informação na pesquisa qualitativa orientada pela epistemologia qualitativa, in **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**, São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005 , p.p. 115-202.

GOULET, Denis. Tasks and Methods in Development Ethics. **Notre Dame University, Working Paper 106**, 1988.

GUIMARAES, G.; SALOMÃO, I. **Planejamento e Gestão de Incubadoras de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento: Características e Instrumentos**. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2006.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão **universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez UFCE, 1986.

INTECOOP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Disponível em: <<http://www.unifei.edu.br/intecoop/>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.

LASSANCE JR., A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LEBOUTTE, P. **Economia popular solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: ITCP/COOPE, 2003.

MAGALHÃES, S.; MELO NETO, J. J. **Bairros pobres, ricas soluções, Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MELO NETO, José Francisco de.; McDONALD, José Bendran. **Extensão universitária, educação popular e autogestão**. In: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária; 2002, João Pessoa – PB. I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa – PB : Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002. v. único.

MIRRA, Evandro. **A ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>> Acesso em: 13 dez. 2012.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Paulo. S. . Cultura solidária, um aprendizado sem fim. In: Sylvia Leser de Mello;. (org.). **Economia solidária e autogestão. Encontros internacionais**. 1 ed. São Paulo: NESOL, ITCP e PW, 2005.

OTTERLOO, A. A Experiência da Rede de Tecnologia Social (RTS). In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 155-162.

PAULA, J. P. RTS – Novos Desafios. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 131-137.

PENA, J. O. Tecnologia Social e o Desenvolvimento Rural. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 195-201.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: The collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000. ISBN 0-684-83283-6 ISBN 0-7432-0304-6

ROCHA, R. S.; ARAÚJO, E.; COSTA, F. . **Incubadoras de Empreendimentos Solidários em Nova Iguaçu: viabilidade e perspectivas de implantação**. In: III encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, 2006, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos.

RTS. Rede de Tecnologia Social. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

SACHS, I. A Saída da Crise: Novas Tarefas para RTS – Tecnologia Social, Sustentabilidade e Cidadania. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 139-143.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Garamond: Rio de Janeiro, 2008. ISBN 85-7617-04-X.

SAMARA, B. S. In: **Pesquisa de Marketing – Conceitos e Metodologia**. 3ª Edição – São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, Daisy Maria dos; ALVES, Marlene dos Santos. Cooperativa Popular: Uma Construção Situada Na Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão. Sergipe, s/d. SILVA, Márcia Alves da; RODRIGUES, Eliana Weber; RODRIGUEZ, Lílian Lorenzato; GOTARDO, Solaine. **Educação e cooperativas populares: um olhar pedagógico sobre a experiência na INTECOOP de Pelotas**. In: 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 2006, Passo Fundo. Anais do 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SENAES. Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> Acesso em: 07 jan. 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Os pré-requisitos lógicos do trabalho científico**. In:\_\_\_\_\_.

Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; & FARIA, Maurício Sardá de. **Tecnologias Sociais e Economia Solidária.Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**, p. 65 a 70, 2010, RTS.

SINGER, P. e KRUPPA, S. M. P. SENAES e a Economia Solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia Social: uma estratégia par o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil: 2004.

SINGER, Paul. “A Economia Solidária como ato pedagógico”. In: KRUPPA, Sônia M. Portella. **Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006. (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, L. T. CT&I, **Desenvolvimento social e demandas locais: o papel da extensão universitária. Parcerias Estratégicas**, Vol. 16 n. 32, 2011. p. 555 à 573.

SOUZA, A. (org.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

THOMAS, H. E. Tecnologia para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social**, 2009. p. 25-81.

UNIFEI. Universidade Federal de Itajubá. Disponível em: <<http://www.unifei.edu.br/>>. Acesso em 12 fev 2012.

VEIGA, José Eli da (Org) **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª Ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2008. ISBN 85-7617-051-5.

VIEGAS, Moacir Fernando; HEINZE, Rosana Bogorny; ALVES, Clarice Adriana Moreira. **Programa Educacional de Cooperativas: A União Faz a Vida**. In: IX Seminário de Iniciação Científica e VIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2003, Santa Cruz do Sul. IX Seminário e Iniciação Científica e VIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão: Emprego e Trabalho na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. v. 1.

WEISS, Z. **Tecnologia Social: Os Desafios de uma Abordagem Holística**. In: Otterloo, A. (org). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social**, 2009. p. 165-169.

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS Josivaldo Constantino dos. (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária: Interação Universidade – Movimentos Sociais**. Cáceres: Unemat, 2006, v. 2, p. 233-253.

## **9. ANEXO I – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA**

### **ANEXO I.1.1 QUESTÕES DESTINADAS AO COORDENADOR DA INTECOOP UNIFEI**

Entrevista pessoal realizada com o Prof. Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes na data de 10/09/2012.

1. Quais seriam em sua opinião os 5 (cinco) principais objetivos da INTECOOP em ordem decrescente de importância?
2. Qual a importância das parcerias para a INTECOOP? (CVT, PMI, Rede Privada, EMATER)
3. A INTECOOP desenvolveu ao longo de sua existência (2007-2012) uma metodologia própria de incubação, distinta das demais ITCs?
4. A INTECOOP se utiliza de indicadores para mensurar o resultado de suas ações e de seus empreendimentos incubados? A incubadora tem seus próprios indicadores?
5. O trabalho realizado pela equipe INTECOOP pode ser denominado multidisciplinar ou interdisciplinar? Por que?
6. A INTECOOP elabora seu planejamento estratégico para realização de suas ações, eventos, trabalhos, projetos, programas e atividades em geral? Qual a relevância para incubadora da adoção do planejamento estratégico?
7. Como tem sido realizado o intercâmbio dos conhecimentos consolidados da INTECOOP e de que forma tem sido realizada a construção de novas redes de contato e troca de experiências?
8. Algum módulo, programa e/ou projeto desenvolvido junto aos grupos incubados da INTECOOP já foram reaplicados por outras incubadoras (locais/regionais), ou entidades públicas e/ou privadas, tendo como modelo, exemplo, a experiência vivenciada pela INTECOOP?
9. O que é o Projeto Universidade Solidária? Criação de um núcleo de estudo em Economia Solidária, voltado a capacitação de acadêmicos da UNIFEI e faculdades parceiras? Quando os 40 estagiários previstos para o Projeto Universidade Solidária iniciarão suas atividades? Qual o programa de atividade destinada a este público? Quais os objetivos e metas do Projeto Universidade Solidária?

10. O que é o Projeto UNIFEI nas escolas? Capacitação de professores e alunos da rede pública de educação básica, com foco na inclusão digital, nas questões sócio-ambientais e na sustentabilidade, tendo como parceiras a incubadora GAIA Terra Nova e a Superintendência Regional de Ensino?
11. Qual o conceito/entendimento de tecnologia social adotado pela INTECOOP?
12. Até que ponto o *turnover* (rotatividade de pessoal) é positivo para a incubadora no desenvolvimento de suas atividades de trabalho?
13. Quais os avanços da INTECOOP desde o início de suas atividades em Itajubá?
14. De que forma a INTECOOP tem qualificado sua equipe de trabalho? (colaboradores/estagiários/assessores em economia solidária/técnicos-administrativos)
15. Existe a possibilidade da INTECOOP ser institucionalizada como um órgão da UNIFEI?
16. Porque você acha que os universitários da UNIFEI e até mesmo os docentes não têm se interessado em participar voluntariamente das atividades da INTECOOP? Falta divulgação? Falta campanhas de conscientização voltadas a área acadêmica sobre a importância da economia solidária.
17. Quais são os atuais limites e desafios da incubadora?

## **ANEXO I.1.2 QUESTÕES DESTINADAS AO COORDENADOR DA INTECOOP UNIFEI**

Entrevista pessoal realizada com o Prof. Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes na data de 20/09/2013.

1. Que políticas públicas são necessárias para impulsionar as atividades das ITCPs no Brasil?
2. Que tipo de articulações entre município, estado e a federação existem/inexistem atualmente voltados a dar apoio as ITCP?
3. Na sua opinião, quais os órgãos de fomento mais representativos às ITCPs no Brasil?
4. Que tipo de fragilidades você tem constatado no processo de suporte às ITCPs via PRONINC/SENAES/MTE e órgãos de fomento?
5. Qual o perfil e atributos necessários ao interessado em participar voluntariamente de uma ITCP? A INTECOOP aceita voluntários?
6. Qual o perfil e atributos necessários aos profissionais designados para trabalhar em uma ITCP?
7. Através de que meio/processo/instrumento/estratégia uma ITCP poderá obter maior autonomia em suas atividades, ações e eventos?
8. O que resulta a perda de pessoal de uma ITCP? (Assessores de Economia Solidária, Estagiários, Voluntários, Técnicos Administrativos, Professores).
9. Quando a rotatividade de pessoal (*turnover*) de uma ITCP é positiva e quando é negativa?
10. A INTECOOP recebe qualquer tipo de apoio direto/indireto de outros departamentos e institutos da UNIFEI, além do da pró-reitoria de extensão e cultura? Se sim, de que setor e que tipo de apoio?

### ANEXO I.1.3 QUESTÕES DESTINADAS AO COORDENADOR DA INTECOOP UNIFEI

Entrevista pessoal realizada com o Prof. Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes na data de 27/10/2013.

1. A INTECOOP desenvolve atividades extensionistas? Se sim, Quais?
2. Quais são os critérios de seleção estabelecidos pela INTECOOP para a escolha dos grupos a serem incubados?
3. O que determina o tempo de permanência dos grupos em incubação na INTECOOP? Existem fases distintas no processo de incubação? Se sim, Quais? Qual o tempo de duração definido para cada fase? E quando o grupo incubado extrapola o tempo estabelecido para cada fase?
4. Os grupos em incubação na INTECOOP têm gerado trabalho e renda? Se sim, Como? Qual o número de pessoas beneficiadas por cada grupo incubado? Que indicativos a INTECOOP utiliza para mensurar e avaliar os resultados de cada grupo incubado?
5. Qual o número máximo de grupos em incubação já alcançado pela INTECOOP desde o início de suas atividades? Qual a capacidade máxima de incubação da INTECOOP?
6. Qual o atual estágio de incubação da ACIMAR, AAT e APRIR na INTECOOP?
7. De acordo com a legenda abaixo, enumere de 0 a 4 o grau de importância dos fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP.

(0) Não é importante (1) Pouco importante (2) importante (3) Muito importante (4) Extremamente importante

<b>Fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP</b>	<b>Grau de importância (0 a 4)</b>
a) Governança da Reitoria	
b) Governança da Pró-reitoria Ext. Cult.	
c) Autonomia do Coordenador da INTECOOP	
d) Autonomia da equipe da INTECOOP	
e) Espaço físico das Instalações	
f) Parceiros institucionais	
g) Qualificação da equipe INTECOOP	
h) Recursos financeiros	
i) Recursos humanos	
j) Recursos materiais	
k) Rotatividade de pessoal	
l) Capacitação da equipe INTECOOP	
m) Participação da comunidade acadêmica	
n) Nível de capacitação dos incubados	

8. A INTECOOP apresenta uma metodologia de incubação? Se sim, Esta metodologia está escrita e detalhada? Por que?
9. Qual o índice anual de evasão dos funcionários da INTECOOP? Por quê?

10. A INTECOOP contribui com o processo de elaboração de políticas públicas de incentivo a Economia Solidária? Se Sim, de que forma?
11. Que tipo de recursos advindos da pró-reitoria e reitoria da universidade são imprescindíveis para o funcionamento administrativo-operacional da INTECOOP?
12. A INTECOOP recebe subsídios de outros departamentos e/ou institutos da UNIFEI? Se sim, de qual setor e que tipo de subsídio?
13. A incubadora divulga suas atividades? Se sim, através de que meios e destinado a que públicos?
14. A INTECOOP compartilha o conhecimento adquirido através de suas experiências? Se sim, de que forma?
15. Quais as principais metas concretizadas pela INTECOOP ao longo de seus 5(cinco) anos de atividade na UNIFEI?

## **ANEXO I.2 QUESTÕES DESTINADAS AO PRÓ-REITOR DE CULTURA E EXTENSÃO DA UNIFEI**

Entrevista pessoal realizada com o Prof. Dr. Paulo Roberto Labegalini na data de 20/09/2013.

11. 01. Como surgiu a INTECOOP na UNIFEI?
12. Quais as políticas públicas de incentivo as atividades das ITCPs no Brasil você tem conhecimento?
13. No seu entendimento qual a missão da incubadora?
14. Qual a importância da INTECOOP para a comunidade acadêmica e sociedade local?
15. Que tipo de articulações entre a UNIFEI e o município, estado e federação existem ou inexistem atualmente voltados a dar apoio a INTECOOP?
16. Qual a forma da INTECOOP funcionar de maneira perene?
17. As atribuições e responsabilidades da INTECOOP são estabelecidas por qual órgão da UNIFEI?
18. Quem é o responsável pela nomeação do Coordenador da INTECOOP? Qual é o critério de escolha do profissional? Qual o mandato do empossado?
19. Que tipo de recursos advindos da pró-reitoria e reitoria da universidade são imprescindíveis para o funcionamento administrativo-operacional da INTECOOP?
20. Quais as principais realizações da INTECOOP ao longo de seus 5(cinco) anos de atividade na UNIFEI?
21. De acordo com a legenda abaixo, enumere de 0 a 4 o grau de importância dos fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP.

(0) Não é importante (1) Pouco importante (2) importante (3) Muito importante (4) Extremamente importante

<b>Fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP</b>	<b>Grau de importância (0 a 4)</b>
a) Governança da Reitoria	
b) Governança da Pró-reitoria Ext. Cult.	
c) Autonomia do Coordenador da INTECOOP	
d) Autonomia da equipe da INTECOOP	
e) Espaço físico das Instalações	
f) Parceiros institucionais	
g) Qualificação da equipe INTECOOP	
h) Recursos financeiros	
i) Recursos humanos	
j) Recursos materiais	
k) Rotatividade de pessoal	
l) Capacitação da equipe INTECOOP	
m) Participação da comunidade acadêmica	
n) Nível de capacitação dos incubados	

### **ANEXO I.3.1 QUESTÕES DESTINADAS AOS ASSESSORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA EQUIPE DA INTECOOP UNIFEI**

Entrevistas pessoais realizadas com o Sr. Geraldo Pacheco e com o Sr. Luciano Ramos da Silva Fernandes na data de 20/09/2013.

1. Como se dá o processo inicial de incubação? A INTECOOP busca levantar grupos de pessoas potenciais para a formatação de cooperativas e associações? ou Grupos de pessoas, unidos pelo mesmo interesse comum (trabalhar coletivamente) procuram a INTECOOP para solicitar auxílio?
2. Como é o organograma da INTECOOP, quais os cargos e funções da entidade, qual o pessoal envolvido nas atividades diretas de trabalho da INTECOOP?(5 profissionais e 8 estagiários) quais as formas de contratação de pessoal e qual o tempo de duração dos contratos de trabalho e/ou admissão? Quem paga a folha de pagamento da INTECOOP? A INTECOOP conta com trabalho voluntariado? Todos os envolvidos nas atividades da INTECOOP são remunerados?(através de bolsas de estudos da UNIFEI, via PMI, via verba dos órgãos de fomento?(FUNASA,CAPES, PROEXT)
3. Qual a relação da INTECOOP com a Organização das Cooperativas do Estado de MG?
4. Quais são os pré-requisitos para o registro das empresas incubadas na OCEMG? Qual o roteiro (passo a passo) necessário para formalização das cooperativas e associações? Ex: Elaboração do Contrato Social/Estatuto, do Regimento Interno/Capital Social, do registro no Cartório/Receita Federal, do Alvará de Funcionamento/Vigilância Sanitária e documentação para associar-se/benefícios ao associado. Quais as formas mais viáveis de associativismo voltadas à economia solidária?
5. Atividades desenvolvidas pela incubadora Gaia, como ecotecnologias (técnicas de bioconstrução, materiais alternativos, captação de águas de chuva, tratamento de efluentes, gestão de resíduos, reaproveitamento de materiais, produção orgânica de alimentos, gestão eficiente de água e energia) também podem ser acolhidas junto as atividades da INTECOOP?
6. A INTECOOP é considerada uma Empresa do 3º Setor? Ou ela é pública?
7. Como é realizada a prestação de contas da INTECOOP e a quem é submetida?
8. A aquisição de materiais permanentes e de consumo da INTECOOP e dos grupos incubados é pago com que recurso? De que forma estes materiais são comprados? (licitação)
9. De quais recursos a INTECOOP se utiliza para divulgar suas atividades, projetos, eventos e ações? (Internet, boletim expresso solidário, artigos publicados, exposições, feiras de

economia popular solidária - FEPS, conferência regional de ECOSOL, seminários, congressos, encontros com incubados, intercâmbios com outras ITCPs)

10. A INTECOOP pretende auxiliar a criação de uma Associação de Cuidadores de Idosos em Itajubá? Já existe este grupo de pessoas interessados em tal empreendimento?
11. Quais projetos e programas já foram implementados pela INTECOOP até o presente momento na área cultural, educacional, social, ambiental, pedagógico e de desenvolvimento urbano?
12. O que constitui o Programa de Fortalecimento da INTECOOP?
13. Quais os avanços da INTECOOP desde sua implantação em Itajubá, quais as prioridades e estratégias, limites e desafios da incubadora?
14. Como tem sido realizado o intercâmbio dos conhecimentos consolidados da INTECOOP e de que forma tem sido realizada a construção de novas redes de contato e troca de experiências?
15. Como a INTECOOP pretende ampliar e qualificar as ações de seus grupos incubados?
16. Qual a ajuda do Programa “Conexão de Saberes” do MEC à INTECOOP?
17. Que novas entidades públicas/privadas de fomento à economia solidária tem sido prospectadas pela INTECOOP?
18. Quais as formas de captação de recursos a INTECOOP tem se utilizado para subsidiar suas ações?
19. Existe a possibilidade da INTECOOP ser institucionalizada como um órgão da UNIFEI?
20. Quando os 40 estagiários previstos para o Projeto Universidade Solidária iniciarão suas atividades? Qual o programa de atividades destinada a este público? Qual os objetivos e metas do Projeto Universidade Solidária?
21. Quais ações a INTECOOP têm colocado em prática com o objetivo de promover a aproximação, envolvimento e participação da graduação e pós-graduação da UNIFEI junto a incubadora e seus grupos incubados?
22. Quais foram as metas do plano de trabalho estabelecidas para os anos de 2007 a 2011 respectivamente? Estas metas foram atingidas? Quais não foram? Qual o motivo? (falta de recursos financeiros, pessoal, espaço físico, burocracia dos órgãos de fomento)
23. Quais as metodologias de incubação utilizadas pela INTECOOP, quais suas respectivas destinações e públicos alvos?
24. Qual o conceito de sustentabilidade, economia solidária e empreendimentos autogestionários adotados pela INTECOOP e ministrados na capacitação dos grupos incubados?

25. Qual o conceito/entendimento de tecnologia social adotado pela INTECOOP?
26. Que atividades da incubadora são identificadas (ou não) por seus integrantes como sendo tecnologias sociais?
27. Qual a dinâmica utilizada pela INTECOOP para implementação de suas tecnologias sociais?
28. Como a equipe INTECOOP obtém o feedback de suas atividades desenvolvidas juntas aos grupos incubados e seus demais públicos estratégicos?
29. De que forma a INTECOOP tem realizado a avaliação dos resultados de suas ações gerais e específicas ligadas aos seus grupos incubados?
30. Qual o entendimento que a equipe INTECOOP tem sobre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade?
31. O trabalho realizado pela equipe INTECOOP pode ser denominado multidisciplinar ou interdisciplinar? Quais os diferenciais da respectiva forma de trabalho adotada pela incubadora?
32. Todos os projetos, programas, ações, eventos, atas de reuniões, novos conhecimentos e experiências produzidos na incubadora são sistematicamente registrados, arquivados e disponibilizados in locu e/ou via internet (página virtual da INTECOOP) aos interessados?
33. Algum módulo, programa e/ou projeto desenvolvido junto aos grupos incubados da INTECOOP já foram reaplicados por outras incubadoras (locais/regionais), ou entidades públicas e/ou privadas, tendo como modelo, exemplo, a experiência vivenciada pela INTECOOP?
34. Quais os princípios organizacionais da INTECOOP? (Missão, Visão, Valores, Políticas e Objetivos Gerais e Específicos)
35. Resumidamente, qual a história da ITCP no Brasil e da INTECOOP de Itajubá?
36. Quais as estratégias a INTECOOP têm adotado para cumprir seu programa de trabalho anual, bem como seus objetivos e metas estabelecidos?
37. Qual o conceito que a equipe INTECOOP tem sobre o planejamento estratégico?
38. A INTECOOP elabora seu planejamento estratégico para realização de suas ações, eventos, trabalhos, projetos, programas e atividades em geral? Qual a relevância para incubadora da adoção do planejamento estratégico?
39. No entendimento da equipe INTECOOP até que ponto o *turnover* (rotatividade de pessoal) é positivo para a incubadora no desenvolvimento de suas atividades de trabalho?
40. A INTECOOP apresenta quadro de indicadores (gerais e/ou específicos) que mensuram os resultados obtidos com seus grupos incubados?

41. Que aspectos intangíveis poderiam ser apontados pela equipe INTECOOP como relevantes na avaliação dos resultados obtidos com os grupos incubados?
42. Como se dá o fluxo de comunicação da INTECOOP?

### ANEXO I.3.2 QUESTÕES DESTINADAS AOS ASSESSORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA EQUIPE DA INTECOOP UNIFEI

Entrevistas pessoais realizadas com o Sr. Geraldo Pacheco e com o Sr. Luciano Ramos da Silva Fernandes na data de 27/10/2013.

1. Quais as principais metas concretizadas pela INTECOOP ao longo de seus 5(cinco) anos de atividade na UNIFEI?
2. Como você avalia a metodologia de incubação adotada pela INTECOOP?  
(0) Péssima (1) Ruim (2) Regular (3) Boa (4) Ótima
3. O processo de gestão interna da INTECOOP estimula os integrantes da equipe de trabalho a opinar e sugerir sobre a implementação das atividades, ações e eventos da incubadora?
4. A INTECOOP compartilha o conhecimento adquirido através de suas experiências? Se sim, de que forma?
5. A INTECOOP recebe subsídios de outros departamentos e/ou institutos da UNIFEI? Se sim, de qual setor e que tipo de subsídio?
6. De acordo com a legenda abaixo, enumere de 0 a 4 o grau de importância dos fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP.

(0) Não é importante (1) Pouco importante (2) importante (3) Muito importante (4) Extremamente importante

<b>Fatores que podem influenciar nas atividades de incubação da INTECOOP</b>	<b>Grau de importância (0 a 4)</b>
a) Governança da Reitoria	
b) Governança da Pró-reitoria Ext. Cult.	
c) Autonomia do Coordenador da INTECOOP	
d) Autonomia da equipe da INTECOOP	
e) Espaço físico das Instalações	
f) Parceiros institucionais	
g) Qualificação da equipe INTECOOP	
h) Recursos financeiros	
i) Recursos humanos	
j) Recursos materiais	
k) Rotatividade de pessoal	
l) Capacitação da equipe INTECOOP	
m) Participação da comunidade acadêmica	
n) Nível de capacitação dos incubados	

#### **ANEXO I.4 QUESTÕES DESTINADAS AOS EX-SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E EX-ASSESSORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA INTECOOP.**

Entrevistas pessoais realizadas com a Sra. Denise Sório (ex-servidora técnica-administrativa) na data de 10/09/2012 e com o Sr. João Eduardo Tanuri (ex-assessor de economia solidária) na data 25/09/2013.

Formulários de entrevista enviados via correio eletrônico na data de 03/09/2012 à Sra. Heloísa Helena Coutinho (ex-servidora técnica-administrativa) sendo respondido em 10/09/2012 e na data de 24/09/2012 à Sra. Célia Maria Martins dos Santos Alves (ex-assessora de economia solidária) sendo respondido em 28/09/2012.

1. Qual sua formação profissional?
2. Quanto tempo atuou na INTECOOP?
3. Quais as atividades você desenvolveu na incubadora? Quais as experiências você vivenciou?
4. Brevemente, você poderia/saberia dizer como surgiu a INTECOOP em Itajubá/UNIFEI?
5. Que aspectos relacionados a gestão da INTECOOP você poderia destacar como pontos positivos e negativos à época?
6. Na sua opinião quais os principais objetivos da incubadora?
7. Quais os empreendimentos incubados a época? Você sabe dizer como eles estão no presente?
8. A INTECOOP sempre teve um perfil diferenciado em relação as demais incubadoras, referente as suas ações e metodologia de trabalho?
9. As atividades da INTECOOP sempre foram embasadas na metodologia de incubação e nos princípios da economia solidária?
10. A incubadora sempre teve suas ações sistematizadas, ou seja, registradas, arquivada em um banco de dados? A memória da incubadora sempre foi preservada?
11. A incubadora sempre enfrentou limitações orçamentárias para o desenvolvimento de suas ações? Sempre foi um desafio?
12. Que tipo de parcerias eram/foram realizadas a época?
13. A interdisciplinaridade sempre esteve presente na equipe pertencente a incubadora?
14. As reuniões, discussões e decisões quanto aos rumos da incubadora sempre foram democráticas, participativas, paritárias?
15. Qual sua opinião sobre a alta rotatividade dos integrantes da INTECOOP?

16. Qual sua opinião sobre o formato do quadro de pessoal da INTECOOP a época? Adequado? Necessita de mudança? Qual seria?
17. A INTECOOP buscava realizar a integração do corpo docente e discente com os grupos incubados?
18. Na sua opinião a INTECOOP tem perfil de uma organização pública ou não governamental? O que ele é de fato juridicamente?
19. Qual o entendimento que você tem sobre tecnologias sociais(TS)?
20. No seu ponto de vista a INTECOOP desenvolve TS?
21. O que é planejamento estratégico para você?
22. As ações da INTECOOP a época sempre foram previamente planejadas, discutidas, e registradas, sendo posteriormente avaliadas?
23. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela incubadora à época?
24. Que oportunidade de aprimoramento você identifica para incubadora nos dias atuais?
25. Na sua opinião a que fatores estão ligados o sucesso ou insucesso das ações das incubadoras e grupos incubados?
26. Porque você acha que os universitários da UNIFEI e até mesmo os docentes não têm se interessado em participar voluntariamente das atividades da INTECOOP? Falta divulgação? Faltam campanhas de conscientização voltadas à área acadêmica sobre a importância da economia solidária.
27. Você acredita que a incubadora possa ser institucionalizada como um órgão da UNIFEI?
28. De que forma a incubadora obtinha o feedback (retorno/resposta) de suas ações à época?
29. A INTECOOP chegou a reaplicar algum programa/projeto em outra localidade a época?
30. Que indicadores foram criados a época ou adotados para aferir os resultados da incubadora?
31. Você gostaria de contribuir com mais alguma informação relevante, que possa propiciar a reflexão da equipe INTECOOP e com o objetivo de viabilizar a melhoria dos resultados das ações da incubadora?

## **ANEXO I.5 QUESTÕES DESTINADAS AOS PRESIDENTES DOS GRUPOS EM INCUBAÇÃO NA INTECOOP**

Entrevistas pessoais realizadas com o Sr. Benedito Rodrigues Martins, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região – APRIR na data de 26/09/2013, com o Sr. Lucas Jacinto dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis – ACIMAR na data de 27/09/2013 e com a Sra. Maria do Carmo Oliveira, Presidente da Associação Artes da Terra – AAT na data de 28/09/2013.

1. Como surgiu a ACIMAR, AAT, APRIR? Qual seu objetivo? Qual o número de integrantes no início das atividades e atualmente? Em que área atua? Que atividade desenvolve? Que tipo de serviço oferece?
2. Como o grupo chegou a INTECOOP?
3. Qual a ajuda recebida da INTECOOP?
4. Como a ACIMAR, AAT, APRIR funcionava antes da incubação na INTECOOP?
5. Como a ACIMAR, AAT, APRIR passou a funcionar após o início do período de incubação?
6. Atualmente, quais as dificuldades enfrentadas pelo grupo incubado?
7. Que tipo de ajuda o grupo incubado necessita para manter e/ou ampliar suas atividades?
8. Com que frequência a equipe da INTECOOP se reúne com os integrantes da entidade?
9. O número de reuniões realizadas é suficiente para atender as necessidades do grupo?
10. Durante as reuniões com a equipe da INTECOOP os integrantes da entidade têm autonomia para sugerir e opinar sobre as atividades, ações e objetivos a serem adotados pelo grupo?
11. A ACIMAR, AAT, APRIR tem gerado emprego e renda? Se sim, como?
12. Que tipo benefícios a ACIMAR, AAT, APRIR tem oferecido aos seus integrantes?
13. O grupo apresenta parceiros no desenvolvimento de suas atividades? Quantos? Quais?
14. As parcerias têm fortalecido as atividades do grupo?
15. Para a ACIMAR, AAT, APRIR qual o grau de importância da troca de experiências com outros grupos? (0) não é importante (1) pouco importante (2) importante (3) muito importante (4) extremamente importante
16. Como a ACIMAR, AAT, APRIR avalia o trabalho da equipe da INTECOOP prestado aos integrantes da entidade? (0) insuficiente, (1) regular, (2) bom, (3) muito bom, (4) ótimo